



1  
2  
3  
4  
5  
6 PRESIDENCIA DA REPUBLICA  
7 SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS  
8 CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DO IDOSO

9  
10  
11  
12  
13  
14 ATA SUMÁRIA DA IX REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS  
15 DIREITOS DO IDOSO - REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 2004  
16  
17

18 Aos dezoito dias do mês de junho de 2004, a Diretoria e membros do Conselho  
19 Nacional dos Direitos do Idoso – CNDI, reuniram-se no Edifício Sede do Ministério da  
20 Justiça, Sala 328, sítio à Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Brasília-DF, com início às  
21 09h30, para discussão dos assuntos de interesse do referido Conselho, conforme  
22 pauta em anexo. Estavam presentes os seguintes Conselheiros: Sra. **Maria José**  
23 **Barroso** – CNBB/Presid. CNDI; Sr. **Paulo Sérgio Maciel Negrão** – M. da Cultura;  
24 Sra. **Léa Lúcia Cecílio Braga** – CFESS; Sr. **Maurício Pinho Gama** – M. da  
25 Educação; Sra. **Paula Regina R. Macedo** – ABRAZ; Sr. **Perly Cipriano** – SEDH; Sra.  
26 **Ana Amélia Camarano** – M. do Planejamento; Sra. **Regina Célia de Oliveira**  
27 **Bittencourt** – M. das Relações Exteriores/DHS; Pe. **Alfredo Morlini** – Inst. Pró+Vida;  
28 Sr. **Álvaro da Silva Neto** – Asilo Rio Branco; Sr. **Geraldo Adão Santos** – COBAP.  
29 Sra. **Maria da Penha Franco** – M. do Desenvolvimento Social; Sra. **Josefa Barros C.**  
30 **Ávila** – M. da Previdência Social; Sr. **Manoel Veras Nascimento** – M. do Trabalho;  
31 Sra. **Marly Mascarenhas de Oliveira Bastos** – Ass. Bras. De Educação - Demais  
32 presentes:– Sra. **Ana dos Santos Braga** – M. da Previdência Social; Sr. **Magdo**  
33 **Soares** – M. dos Transportes; **Teresa Ouro** – M. da Previdência Social. A reunião foi  
34 aberta pela Conselheira-Presidente **Maria José Barroso**, que após dar boas vindas à  
35 todos, procedendo na leitura e aprovação da pauta, com a inclusão de um item extra-  
36 pauta, que seria a Avaliação da Campanha da Fraternidade de 2003, apresentada  
37 pelo Cônego José Carlos Dias. Em seguida passou a palavra ao Sr. **Mário Mamede**,  
38 Secretário Adjunto dos Direitos Humanos, que em breve explanação sobre o esforço  
39 que a Secretaria Especial dos Direitos Humanos - SEDH, vinha fazendo por  
40 responsabilidade de tratar a todos os Conselhos sob sua orientação, de maneira igual  
41 gerando uma base operacional que possa atender a todos, concluindo por uma  
42 Secretaria Executiva competente, com nível de eficácia e eficiência grande, capaz de  
43 operar os conselhos nas suas necessidades básicas. Enfatizou que por cada conselho  
44 ter a sua periodicidade de reuniões, e respeitando a necessidade, o dispositivo legal e  
45 a realidade objetiva de cada um, a Secretaria vinha buscando o estabelecimento de  
46 uma periodicidade de reuniões bimestrais. Informou que houve um esforço da  
47 Secretaria em conjunto com todos os Conselheiros para que o CNDI passasse de  
48 consultivo para deliberativo por decisão e sustentação legal, já aprovado pela Casa  
49 Civil, faltando apenas a sanção do Presidente Lula. Complementou que até o  
50 momento a Secretaria não possuía um espaço físico que comportasse a todo a  
51 contingência de pessoal, mas que isso já estava sendo conquistado. Concluindo  
52 informou que vinham conseguindo, até então era muito tímida, mas agora de maneira  
absolutamente transparente, sentarmos e discutirmos parcerias com as empresas  
estatais como a Petrobrás, Fundação Banco do Brasil, USIMINAS, CHESF, e a  
TELEMIG Celular de Minas, que irá apoiá-los nacionalmente no fortalecimento dos  
conselhos tutelares e de direitos. Transmitindo aos Conselheiros a sugestão de que  
alguns deles tendo a possibilidade de apontar encontros na busca de parcerias,  
colocava os membros da Secretaria para acompanhá-los, com objetivo não só do  
ponto de vista de aportar recursos ou instrumentos que lhes facilitem o trabalho, mas  
também para parcerias que trabalhem junto, criando comissões tripartite - o Conselho,  
a Secretaria e o parceiro – fazendo a gestão dos recursos e dos programas,

53 acompanhamento, monitoramento e com poder de crítica. A Presidente **Maria José**  
54 **Barroso** solicitou que o Dr. Mário explicasse melhor a questão da não-deliberação do  
55 Conselho, uma vez que a Sra. Marta do Ministério do Desenvolvimento Social, durante  
56 a sua fala no Congresso da SBGG, na Bahia, havia informado que esse Conselho era  
57 deliberativo. O Dr. **Mário Mamede** respondeu que o Conselho na sua concepção  
58 primeira, foi apontado como deliberativo, mas não materializou-se e passou a ser  
59 consultivo. Enfatizando que o que poderia ser feito seria a Secretaria tomar uma  
60 posição de decisão política e procurarem agilizar a sanção presidencial; feito isso, a  
61 consequência seria a publicação e, a partir da nova visão legal sobre o conselho,  
62 providenciarem a leitura do regimento anterior e adequá-lo à lei. O Conselheiro **Perly**  
63 **Cipriano**, acorreu neste ponto, informando que tais assuntos seriam tratados no item  
64 de pauta INFORMES, para que os Conselheiros não se deslongassem muito. Neste  
65 momento o Dr. **Mário Mamede** após discorrer sobre o tema concluiu que a Secretaria  
66 queria ter a nova lei para, a partir dela e na visão de ter um conselho deliberativo  
67 que precisa ser politicamente forte, se estabeleça a partir do decreto que regulamenta,  
68 o regimento e as questões internas que devem orientar o dia-a-dia do conselho e o  
69 processo eleitoral de sucessão e tudo mais; que não terão papel de intervenção, de  
70 condução, ou manipulação da sua vontade. Assim agradece a todos pela  
71 oportunidade e se despede. Na seqüência a Presidente **Maria José Barroso** passa a  
72 palavra à Sra. Tereza Ouro para apresentar o Programa de Educação Previdenciária.  
73 ITEM I – Apresentação do Programa Educação Previdenciária – Sra. **Tereza Ouro**, do  
74 Ministério da Previdência Social, em agradecimento pela oportunidade em apresentar  
75 ao Conselho tal Programa, apresentou a Sra. Ana Braga e a Sra. Karen, ambas  
76 fazem parte da equipe de Coordenação do Programa. Deste ponto deu início a sua  
77 apresentação, de onde ressaltamos os seguintes pontos: i) o Programa foi instituído  
78 em fevereiro de 2000, na época com o nome de Programa de Estabilidade Social,  
79 sendo motivado exatamente pela questão da cobertura previdenciária, sendo então  
80 verificada a baixa cobertura da Previdência; ii) de cada dez pessoas, quatro não tem a  
81 cobertura da Previdência Social, em números absolutos gira em torno de 27 milhões  
82 de trabalhadores, dados da PNAD de 2002; iii) população ocupada, entre 16 a 59  
83 anos, são cerca de 70 milhões de pessoas, desses 40 milhões e 800 mil pessoas são  
84 contribuintes do serviço público; 29,7 milhões são contribuintes da área privada; 7,7  
85 milhões são os segurados especiais que são os trabalhadores rurais ; 28,4 milhões  
86 são os não contribuintes; desses 28,4 milhões, 1,3 milhão são beneficiários, recebem  
87 algum benefício; iv) 9,8 milhões recebem menos que um salário mínimo ou não têm  
88 rendimentos; ou recebem até menos de um salário mínimo. Ponderou que a questão  
89 da renda é crucial para a questão da baixa cobertura, que as pessoas realmente estão  
90 com a renda muito baixa e que, enfim, na hora de escolher, ou colocam o pão em  
91 casa ou contribuem para a Previdência, e que logicamente optam por colocar a  
92 comida em casa. Disse que é uma situação realmente grave - desses 27 milhões, 16,9  
93 milhões recebem um salário mínimo ou mais, que estão na faixa acima de um salário  
94 mínimo, igual ou maior que um salário mínimo, e concluiu que esse é o panorama da  
95 questão da cobertura da Previdência Social com os dados mais atuais que são os  
96 dados da PNAD 2002, ou seja, que nós temos 27 milhões de trabalhadores que estão  
97 fora da Previdência Social, que não têm acesso aos benefícios do serviço da  
98 Previdência Social, e questionou que se pensarmos no futuro, veremos que são  
99 pessoas que nunca irão se aposentar na vida, que quando chegarem na idade  
100 avançada não vão ter acesso à Previdência, e disse que é isso que na verdade se  
101 percebe que acontece todos os dias na Previdência, ou seja, todos os dias chegam  
102 pessoas nas agências, idosos, achando que podem se aposentar, chegam lá e  
103 percebem que não podem, porque elas não têm os requisitos necessários para a  
104 aposentadoria, porque nunca lhes foi informado o que precisavam fazer para terem  
105 acesso. Enfatizou que são 27 milhões de pessoas que nunca irão se aposentar, mas

106 ponderou que quando se pensa no presente, quando elas adoecem, quando se  
107 acidentam, também ficam sem renda e ficam desprotegidas também, porque segundo  
108 ela as pessoas sempre pensam que a Previdência é aposentadoria, principalmente o  
109 jovem, que acha que é uma coisa que está longe, mas registrou que a Previdência  
110 não é só aposentadoria, que ela possui um elenco de benefícios que são oferecidos  
111 que também incluem o auxílio-doença, o auxílio acidente, o auxílio reclusão, cuja  
112 existência muitas pessoas nem conhecem, que é o auxílio que é devido não ao  
113 prisioneiro, mas à sua família. Enfatizou que se a pessoa é reclusa, sua família tem  
114 direito. Concluiu que são benefícios que também são atuais, que não é só a  
115 aposentadoria que está no futuro, adicionou que hoje também esse cidadão que está  
116 desprotegido, se ficar sem condições de trabalhar, mesmo que seja temporariamente,  
117 ele fica sem renda, e afirmou que existe a questão da reabilitação profissional, porque  
118 se a pessoa se acidenta, não tem acesso à reabilitação profissional como teria se  
119 estivesse vinculado à Previdência. Registrhou que nesse ponto foi focalizada a  
120 cobertura do idoso, com dados também da PNAD 2002, só que focados no idoso, com  
121 9 milhões 575 mil aposentados; 1 milhão 925 mil pensionistas, isto é, aposentados e  
122 pensionistas, porque existem pessoas aposentadas e que também têm pensão, e  
123 registrou que 945 mil contribuintes não beneficiários, ou seja, não têm nenhum  
124 benefício, mas estão contribuindo para a Previdência Social e estão cobertos.  
125 Concluiu que o total de protegidos é de cerca de 13 milhões. Registrhou que o total de  
126 idosos com 60 anos ou mais é de 16 milhões, e que dos 16 milhões de idosos, 13  
127 milhões estão cobertos, e proclamou que felizmente esse é um dado que está com um  
128 quadro melhor do que a situação em termos totais de cobertura. Disse que a cobertura  
129 dos idosos, os socialmente protegidos, é em torno de 81,5%, e que logicamente o  
130 ideal seria que fosse de 100%, mas ponderou que no quadro anterior de 27 milhões, a  
131 cobertura era de 61%. Acrescentou que quando se foca no idoso, a cobertura está em  
132 torno de 81%, que não é o ideal, que o ideal seria 100%, mas que pelo menos se  
133 percebe que a cobertura está um pouco maior no idoso, e disse que hoje geralmente  
134 nos lares que têm idosos existe socialmente uma condição melhor, com recursos, com  
135 a questão da aposentadoria. Continuou mostrando o próximo quadro, um retrato da  
136 cobertura previdenciária dos idosos em todos os Estados em percentuais, e declarou  
137 que o Piauí é o Estado que está em melhor condição, com 90%, de cobertura dos  
138 idosos, seguido da Paraíba, Rio Grande do Sul, que a Paraíba também em torno de  
139 90%, vindo depois o Rio Grande do Sul 87%, o Rio Grande do Norte também com  
140 87%, e que o Estado que está numa situação pior em termos de cobertura é Roraima,  
141 com 53%. Concluiu sua apresentação, dizendo que aquele era um panorama  
142 resumido, mas que existem dados bem mais detalhados na Secretaria de Previdência  
143 Social. Nesse momento, a senhora **Josefa Barros C. Ávila - Ministério da**  
144 **Previdência** tomou a palavra, declarando que tomaria o endereço de cada um e que  
145 enviaria a cada um deles, no que incontinenti o senhor **Manoel Veras Nascimento –**  
146 **Ministério do Trabalho** perguntou se para aqueles idosos só se apresentavam os  
147 benefícios previdenciários. A senhora **Tereza Ouro - Ministério da Previdência**  
148 **Social** respondeu que sim, e que na Secretaria de Previdência Social existem dados  
149 bem detalhados, os quais a Josefa estava dizendo que podia mandar, e acrescentou  
150 que se os presentes se interessassem em ter aquele documento detalhado, poderiam  
151 até vir depois, convidarem um técnico da área de estudos para apresentar mais  
152 detalhadamente aqueles dados, que são divididos por idade, sexo, ocupação,  
153 acrescentando que aquele tinha sido apresentado para terem uma idéia do panorama.  
154 Com relação a LOAS, disse existem muitos idosos que chegam numa idade avançada  
155 sem ter direito a aposentadoria no regime geral de Previdência Social, e que são  
156 encaminhados para verificar a possibilidade de terem acesso a um benefício da LOAS.  
157 Declarou que diante daquele panorama que foi apresentado, da baixa cobertura  
158 previdenciária, que segundo ela é um problema social grave mesmo, que na verdade

159 essas pessoas que nunca vão se aposentar, no futuro vão depender da caridade  
160 alheia, da família, da ajuda de terceiros ou o próprio Governo, que vai ser preciso criar  
161 algum programa social específico para amparar essas pessoas, e ponderou que  
162 realmente é um problema que preocupa. Disse que diante disso, o objetivo do  
163 Programa de Educação Previdenciária é informar e conscientizar a sociedade acerca  
164 de seus direitos e deveres em relação à Previdência Social, com a finalidade de  
165 assegurar a proteção social aos cidadãos por meio de sua inclusão e permanência no  
166 Regime Geral de Previdência Social. Concluiu que essa é a tarefa do Programa, de ir  
167 até o cidadão para informá-lo, e que estão fazendo o caminho inverso que  
168 normalmente é visto no serviço público, no qual sempre se espera que as pessoas o  
169 procurem para que prestem as informações. Disse que estão saindo de seus balcões  
170 de atendimento no Brasil todo, e indo até o cidadão, indo literalmente para a rua para  
171 encontrar o cidadão, seja ele quem for e esteja ele onde estiver. Acrescentou que  
172 esse Programa faz um trabalho em nível de Brasil, mobilizando comitês em todo o  
173 Brasil para ir até o cidadão, e que está indo literalmente para a praça, para as feiras  
174 livres, para presídios, tribos indígenas, e que são inúmeros os lugares para onde estão  
175 indo e desenvolvendo várias ações com vistas a levar a informação ao cidadão, para  
176 garantir pelo menos a ele o direito à informação. Continuou dizendo que uma das  
177 coisas que foram percebidas em relação à cobertura, é que existia um número, quase  
178 10 milhões recebem menos de um salário mínimo, e que a questão da renda é grave,  
179 mas que também existem pesquisas que indicam que cerca de 66% das pessoas, em  
180 dados de 2001, não conhecem a Previdência, e que a questão da desinformação é  
181 muito grave também, que as pessoas não conhecem a Previdência, não sabem o que  
182 é, para que serve, quais são seus direitos e deveres, quais são os benefícios  
183 oferecidos, e que muitas vezes a confundem com a Saúde porque antigamente eram  
184 juntas. Declarou que muitas vezes as pessoas reclamam da Previdência por conta das  
185 filas nos hospitais, da falta de ambulância, e disse que na verdade uma coisa não tem  
186 a haver com a outra, que as pessoas misturam Previdência com a Saúde, e disse que  
187 a desinformação é grande, e que o Programa de Educação Previdenciária entra nessa  
188 brecha para minimizar essa questão. Ponderou que logicamente o Programa não vai  
189 resolver sozinho esse problema, mesmo porque existe a questão de renda e outros  
190 fatores que merecem outras ações que em conjunto possam ajudar, mas que a sua  
191 parte é dar informação, preparar as pessoas, informá-las para que conheçam seus  
192 direitos e deveres. Nesse ponto, começou a apresentar como funciona o Programa de  
193 Educação Previdenciária. Declarou que existe um comitê nacional vinculado ao  
194 Secretário Executivo do Ministério da Previdência, que esse comitê nacional é  
195 composto de áreas específicas do Ministério, do INSS e da DATAPREV, e que têm  
196 assento no comitê nacional áreas específicas dos três segmentos que compõem a  
197 Previdência Social, e que a Previdência Social é o tripé: Ministério, INSS e  
198 DATAPREV, cada um com sua função específica. Registrou que existem os comitês  
199 regionais, que são 102, um em cada gerência executiva do INSS espalhada em todo o  
200 Brasil. Declarou que o comitê regional tem três membros, sendo um coordenador, e  
201 que em cada gerência executiva do INSS, ou seja, 102, existe um comitê regional e os  
202 comitês locais que são vinculados aos regionais que estão localizados em cada uma  
203 das agências da Previdência Social. Enfatizou que são 1.164 agências, e que foram  
204 criados quase mil comitês. Acrescentou que os comitês locais também têm três  
205 membros, sendo um coordenador e pelo menos um representante, porque alguns têm  
206 dificuldade de pessoal, e que com 1.164 agências conseguem chegar mais perto do  
207 cidadão. Além disso, acrescentou que fazem parte da estrutura do Programa os  
208 Superintendentes do INSS, os Gerentes Executivos que também são 102, os  
209 Assessores de Comunicação Social, um em cada Estado, os Assessores de  
210 Informações Institucionais onde existe superintendência e os Gerentes Estaduais da  
211 DATAPREV, que fazem parte do corpo do Programa de Educação Previdenciária,

212 vinculados ao comitê nacional com a subordinação técnica. Ponderou que na verdade  
213 o Programa de Educação Previdenciária não é ligado a uma área específica da  
214 Previdência, que ele agrupa a Previdência como um todo, o Ministério, INSS e  
215 DATAPREV e várias áreas dentro desses segmentos, todos voltados para um mesmo  
216 objetivo, acrescentando que ele agrupa os comitês, nos quais existem pessoas,  
217 assistentes sociais, técnicos de benefícios, técnicos da área de controladoria, e disse  
218 que o que importa, na verdade, é a disposição do servidor de se agrregar a esse  
219 trabalho e ter vontade de ajudar nesse trabalho social, porque segundo ela, ele acaba  
220 sendo um trabalho quase voluntário porque os servidores não são exclusivos desse  
221 trabalho; ponderou que eles têm as suas atividades normais no dia-a-dia e, ainda  
222 assim, acumulam essas atividades do Programa, e concluiu que por isso mesmo  
223 muitas vezes têm que trabalhar à noite, nos finais de semana, porque é uma tarefa à  
224 parte que é agregada ao seu dia-a-dia. Disse que isso acaba sendo uma coisa feita  
225 com idealismo, voluntária, para encampar a questão social. Acrescentou que é assim  
226 que funciona o Programa de Educação Previdenciária. Disse que as ações que são  
227 desenvolvidas, são palestras, realização de cursos, seminários, fóruns, que são feitos  
228 muitos cursos para preparar pessoas, disseminadores, pessoas que são formadoras  
229 de opinião dentro do seu entorno, da sua comunidade, que possam também ajudar  
230 nesse trabalho de disseminação. Registrou que nas feiras e exposições de grande  
231 porte que acontecem pelo Brasil, como a Feira do Peão de Barretos, nas quais  
232 circulam muitas pessoas e muitos comerciantes também, normalmente a Educação  
233 Previdenciária está lá, monta um *stand* e faz o trabalho de orientação e informação.  
234 Declarou que são feitas visitas a feiras livres, porque sabe-se que dentro desses 27  
235 milhões, um número grande é de pessoas que estão na informalidade, que o  
236 desemprego está grande, as pessoas vão para a informalidade, e a única forma de  
237 chegar a essas pessoas é assim, porque a Previdência não consegue fiscalizá-las.  
238 Acrescentou que é um trabalho de conscientização, de informação, porque quando a  
239 pessoa é empregada, é possível a Previdência ter o controle para ver se a empresa  
240 assinou a carteira, mas que quando a pessoa está na informalidade, a pessoa é que  
241 tem que conhecer a Previdência, conhecer seus direitos e espontaneamente se  
242 inscrever, e concluiu que é por isso que esse tem que ser um trabalho de informação e  
243 conscientização, porque segundo ela é uma ação espontânea, a pessoa tem que se  
244 dar conta que é importante. Acrescentou que existem programas de orientação em  
245 escolas e universidades também, com vários comitês realizando ações nesses  
246 lugares, e que alguns comitês já têm programas, espaço em rádio para poder falar,  
247 porque segundo ela as pessoas, principalmente as pessoas mais do interior, ouvem  
248 muito o rádio. Por fim, disse que também participam em alguns eventos promovidos  
249 por órgãos públicos e privados. Concluiu dizendo que aquelas eram em termos gerais  
250 as ações, e que o público alvo atingido são feirantes, ambulantes, líderes  
251 comunitários, empregados domésticos, motoristas, trabalhadores rurais, profissionais  
252 liberais, pescadores, estudantes, donas de casa, enfim, que o público é muito variado,  
253 e acrescentou que estudantes e donas de casa, por exemplo, são pessoas que podem  
254 ser seguradas da Previdência com seguros facultativos, mas que muitas vezes eles  
255 não sabem disso, que se eles tiverem acima de 16 anos já podem se inscrever na  
256 Previdência como segurados facultativos e garantirem a questão do seguro social, e  
257 que as donas de casa também podem se inscrever como seguradas e depois terem  
258 acesso aos benefícios e serviços como qualquer outro segurado da Previdência, e  
259 finalizou dizendo que o público alvo é muito diversificado, e que como existem muitos  
260 Brasis dentro do Brasil, as realidades são muito diversificadas, cada comitê identifica o  
261 público alvo que merece uma maior atenção. Nesse momento, a senhora **Regina**  
262 **Célia de Oliveira Bittencourt – MRE** perguntou se já existe uma avaliação de  
263 quantas donas de casa se inscrevem. A senhora **Tereza Ouro - Ministério da**  
264 **Previdência Social** respondeu que pela estatística, conseguem identificar os

265 segurados facultativos, ao que a senhora **Regina Célia de Oliveira Bittencourt –**  
266 **MRE** perguntou se as donas de casa estão discriminadas, e a senhora **Ana Amélia**  
267 **Camarano - Ministério do Planejamento** acrescentou a isso se é possível saber que  
268 categoria é. O senhor **Manoel Veras Nascimento – Ministério do Trabalho**  
269 respondeu, dizendo que é difícil, porque o facultativo é aquela pessoa que não exerce  
270 atividade laboral, ou a exerce mas não pode comprovar, porque quem trabalha  
271 ilicitamente, por exemplo, um apontador de jogo do bicho, não vai dizer que é  
272 apontador de jogo do bicho, porque é uma atividade ilícita, mas ele pode se inscrever  
273 como segurado facultativo. A senhora **Tereza Ouro - Ministério da Previdência**  
274 **Social** acrescentou que as chamadas profissionais do sexo podem se inscrever como  
275 seguradas facultativas, mas elas não declaram o que são. O senhor **Manoel Veras**  
276 **Nascimento – Ministério do Trabalho** corroborou essa idéia, dizendo que a lei não  
277 obriga que eles declarem o que fazem porque o pressuposto da lei é que eles não  
278 exercem atividade laboral remunerada. A senhora **Tereza Ouro - Ministério da**  
279 **Previdência Social** acrescentou que seus parceiros em geral são associações,  
280 entidades educacionais, religiosas, entidades do sistema S, SENAC, SENAI,  
281 SEBRAE, e que os parceiros, na verdade, os têm ajudado muito no trabalho, porque  
282 segundo ela permitem que cheguem mais perto do cidadão, mobilizam a comunidade,  
283 organizam turmas para que possam realizar um curso, uma palestra, e que a adesão  
284 da sociedade civil organizada é uma coisa muito positiva. Nesse momento, o padre  
285 **Padre Alfredo Morlini - Instituto Pró-Vida SS** perguntou se existem Conselhos  
286 Municipais do Idoso. A senhora **Tereza Ouro - Ministério da Previdência Social**  
287 respondeu que sim, que as parcerias são inúmeras pelo Brasil, cerca de 500 parcerias  
288 locais, que ajudam nesse trabalho, que a adesão da sociedade civil organizada é bem  
289 significativa, que há um interesse comum na questão do resgate da cidadania.  
290 Acrescentou que as parcerias em nível nacional são aquelas que estão formando para  
291 terem uma ação mais efetiva, que aquelas firmadas com a Secretaria Especial de  
292 Políticas e Promoção da Igualdade Racial, estão tentando ajudar no combate à  
293 desigualdade de gênero, raça, e que foram eles que aderiram a essa parceria. Disse  
294 que também estão envolvidos com a Secretaria Especial de Direitos Humanos no  
295 trabalho de erradicação do trabalho escravo no Brasil, com a Confederação Nacional  
296 da Agricultura, a CNA, para informar melhor os empregadores rurais sobre seus  
297 direitos e deveres. Disse que com o SENAC, têm uma parceria que foi firmada no final  
298 do ano passado, e que na prática significa que a Previdência está sendo incluída em  
299 todos os cursos profissionalizantes do SENAC, para cabeleireiro, manicure, para que  
300 as pessoas que vão participar desses cursos obrigatoriamente conheçam, tenham  
301 acesso ao conhecimento previdenciário e saiam com o material específico sobre a  
302 Previdência. Disse que isso já está sendo operacionalizado, que existem algumas  
303 parcerias em andamento com o Ministério do Trabalho e Emprego para a inclusão do  
304 módulo da Previdência nos cursos de qualificação profissional, e que com o PNQ a  
305 parceria já está em vias de ser assinada, que já imprimiram inclusive, e que é só uma  
306 questão de ser aprovada pelas duas áreas. Concluiu que vai ser mais um avanço,  
307 porque esses cursos que são realizados pelas Secretarias Estaduais de Trabalho vão  
308 ter o módulo da Previdência inserido. Registrhou que com a parceria com a Associação  
309 Brasileira de Empresas de Vendas Diretas, que é a Associação à qual estão  
310 vinculadas empresas do tipo da Natura, Avon, que têm revendedoras de porta em  
311 porta, vão conseguir chegar às promotoras e consultoras de venda, porque elas  
312 também teriam, muitas delas fazem dela, na verdade, fazem disso um acréscimo na  
313 sua renda, outras não, é o seu sustento mesmo. Concluiu que elas precisam saber  
314 que precisam contribuir para terem direito e também vai obterem um aumento  
315 significativo, e que a cobertura da mulher é maior do que a dos homens, disse que a  
316 mulher é mais previdente, e que com esse trabalho vão aumentar ainda mais, vão ter  
317 um aumento ainda maior, que ela tem mais preocupação com o futuro, com a

318 segurança dos seus filhos, que isso é mais característico da mulher, e que isso fica  
319 bem evidente na questão da cobertura, e segundo ela, com certeza com essa parceria  
320 vai aumentar ainda mais. Acrescentou que estão articulando uma parceria com a  
321 Caixa Econômica Federal, que eles também têm vários programas sociais, e que  
322 estão vendo de que forma conseguirão agregar. Com relação ao Ministério do  
323 Desenvolvimento Agrário, que está desenvolvendo um plano para garantir a  
324 documentação da trabalhadora rural, o Plano Nacional para Documentação da  
325 Trabalhadora Rural, MDA, disse que também estão em vias de assinar uma parceria,  
326 para ajudar também. Registrou que nesse plano, vão garantir à trabalhadora rural a  
327 identidade, CPF, registro de nascimento, e que nesse ponto a Previdência entra para  
328 garantir o acesso e a inscrição na Previdência. Declarou que aquelas eram as  
329 parcerias em nível nacional em andamento, e disse que existem aquelas parcerias  
330 locais que dizem que são importantes, mas que quando firmam em nível nacional  
331 conseguem dar um cobertor maior, uma maior efetividade às ações. Acrescentou que  
332 as principais propostas do Programa para 2004 eram de criar as parcerias em nível  
333 nacional, que têm percebido que é importante firma-las entre Ministérios, pois ficam  
334 mais fortalecidas, e disse que a inclusão da Previdência Social nos currículos  
335 escolares do ensino fundamental e ensino médio é uma proposta muito importante,  
336 porque é permanente, que existe fundamentação legal para isso, ou seja, concluiu, a  
337 Previdência vai fazer parte do ensino formal do jovem, e que logicamente isso vai ser  
338 de uma forma diferenciada, que a forma de apresentar a Previdência tem que ser uma  
339 forma mais lúdica, mais interessante, e que têm percebido, nas ações isoladas que já  
340 vêm sendo feitas em escolas, que a receptividade é muito grande, que pensa-se que  
341 não, mas que eles se interessam pelo assunto, porque tem vários comitês que já têm  
342 realizado ações em escolas e o interesse é grande do jovem pelo assunto. Segundo  
343 ela, o adolescente, que tem uma característica um pouco egoísta, quando percebe  
344 que se os pais não estiverem segurados essa história pode sobrar para ele, é um  
345 excelente educador, já chega em casa cobrando, querendo saber se o pai é da  
346 Previdência ou não é. Acrescentou que isso é bem interessante, que mesmo no  
347 ensino fundamental, as crianças também se interessam, e que sabe, por ser uma  
348 realidade, que o aluno sai do segundo grau, e que é uma minoria aqueles que vão  
349 para a universidade, que a maioria já vai logo direto para o mercado de trabalho e vai  
350 se virar mesmo, e que pelo menos eles já vão sair do ensino formal orientado,  
351 conhecendo seus direitos e deveres em relação à Previdência Social e sem contar que  
352 a partir dos 16 anos eles já poderão ser um segurado facultativo, que independente  
353 dos seus pais serem ou não serem, ele já pode ser. Enfatizou que essa é uma  
354 proposta que entendem importante, e que estão lutando para conseguir inserir  
355 também nas universidades. Disse que a definição junto com as demais áreas da  
356 Previdência de estratégias para acelerar a inclusão previdenciária é uma ação interna  
357 que tem sido feita junto com a Secretaria de Previdência Social, com a área do INNS,  
358 e acrescentou que a legislação tem sido estudada para se ver o que pode haver em  
359 termos de legislação que possa ser alterado para acelerar, para facilitar essa inclusão.  
360 Com relação à implementação do Projeto Previdência Sem Fronteiras, disse que é um  
361 projeto que está sendo desenvolvido e que vai intensificar a questão do Programa de  
362 Educação Previdenciária, que é chegar mais, interiorizar mais, utilizar mais o Prev-  
363 móvel terrestre e o flutuante que a Previdência tem, para mobilizar estudantes de  
364 universidades para serem agentes educadores previdenciários também, agentes de  
365 inclusão social. Acrescentou que esse é um projeto que já foi aprovado no Ministério e  
366 que está em fase de planejamento da execução. Registrou que em relação à questão  
367 dos estudos que estão sendo feitos na Previdência, um deles é a redução da alíquota,  
368 disse que se sabemos que a renda é um fator social, as pessoas não têm dinheiro e  
369 que hoje o contribuinte individual tem que pagar 20%, e que existe esse estudo para  
370 reduzir para 8%, para facilitar a inclusão dos menos favorecidos. Declarou que os

371 pontos positivos que percebe no Programa que são bem evidentes: "o papel social é  
372 importante", disse ter consciência que é um trabalho de formiguinha, de ir para a rua,  
373 de chegar até o cidadão, que sozinhos não conseguem resolver, mas que estão  
374 fazendo a sua parte, e que é lógico que existem outras ações que precisam se juntar a  
375 eles. Disse que a atuação é sem discriminação porque se fala com todo cidadão, seja  
376 ele quem for, esteja onde estiver, que não existe esse pensamento de "Esse recebe  
377 menos que um salário mínimo, não vai vir se inscrever mesmo, não vou nem falar com  
378 ele"; segundo ela, ele é um cidadão que tem direito à informação, e que na verdade  
379 essa é a sua tarefa, de garantir a informação, e como consequência disso pode haver  
380 um aumento de arrecadação, se mais pessoas se inscreverem, mas que esse não é o  
381 foco. Comentou que a "Adesão da sociedade civil organizada" é outro ponto positivo  
382 observado, o qual considera bastante importante. Quanto ao "Fortalecimento da  
383 imagem e da credibilidade da instituição", disse que na verdade acabam divulgando  
384 também o lado positivo da Previdência, a qual segundo ela está sempre na vitrine, e  
385 com qualquer deslize recebe muita pancada, mas que no entanto, a Previdência tem  
386 um papel muito importante na sociedade. Em relação à "Presença diária da  
387 Previdência Social na mídia local", disse que o Programa de Educação Previdenciária  
388 conquista espaços e com isso divulga mais a Previdência. Na "Integração de várias  
389 áreas da Previdência", como já havia falado no início, consegue-se agregar várias  
390 áreas em torno de um mesmo objetivo. E finalmente no "Resgate da motivação e da  
391 auto-estima do servidor", disse que ele acaba se envolvendo mais e estando cada vez  
392 mais consciente da missão da Previdência, de proteção social do cidadão e também  
393 com mais consciência do seu papel como servidor nessa missão. Disse perceber que  
394 o Programa de Educação Previdenciária vem promovendo uma mudança de cultura  
395 interna e externa também, interna nessa mobilização dos servidores em torno desse  
396 trabalho, que é social, que é importante, e externa também porque as pessoas  
397 também começam a perceber a Previdência, olhar a Previdência com outros olhos. E  
398 concluiu que acaba sendo a mudança de cultura interna e externa. E para finalizar,  
399 passou algumas fotos de algumas ações que são desenvolvidas na rua, uma delas em  
400 Salvador, onde participaram da lavagem do Bonfim para fazer um trabalho com as  
401 baianas do acarajé. Outra foi em Petrolina, com tribos indígenas, um trabalho  
402 interessante feito pelo comitê de Petrolina. Mostrou também o curso de formadores  
403 em São Paulo, uma motorreata em Santo Antônio de Jesus, com *motoboys*, moto  
404 taxistas, e disse que os acidentes são enormes, as mortes também e que existe até  
405 uma cartilha específica que distribuíram para orientar essas pessoas. Mostrou o  
406 Teatro em Petrópolis, e disse que existem vários comitês que fazem teatro para  
407 passar informação, numa forma lúdica bastante interessante. Mostrou a Ação Pró-  
408 cidadania em São Paulo, que segundo ela é uma dessas ações do tipo Ação Global,  
409 desses tipos de ação em que a Educação Previdenciária se faz presente. Mostrou isso  
410 em Porto Alegre, literalmente na rua, abordando as pessoas na rua e fazendo a  
411 orientação, entregando o material. Mostrou os caminhoneiros em Rio Branco, no Acre,  
412 parando os caminhoneiros e entregando material e orientando os caminhoneiros.  
413 Mostrou em Curitiba os agentes indo à praça, montando uma barraquinha dando  
414 informação às pessoas. Mostrou em Palmas, Tocantins, uma ação numa feira livre  
415 com os feirantes. Mostrou uma ação que foi feita com os camelôs em Brasília. Mostrou  
416 uma ação no Mercado Municipal de Cuiabá. Em seguida, mostrou os dados da  
417 Coordenação do Programa de Educação Previdenciária, e disse que outros dados  
418 adicionais seriam incluídos. E, para finalizar, disse que gostaria só de deixar uma  
419 pequena mensagem em relação ao que é o Programa – proclamou que "Mais do que  
420 disseminar informações, a Educação Previdenciária toca corações, exercita  
421 solidariedade e resgata a cidadania." Acabou sua fala agradecendo a atenção e  
422 declarou estar à disposição para qualquer esclarecimento. Em seguida, o senhor  
423 **Álvaro Fontes da Silva Neto - Asilo Rio Branco**, tomou a palavra, dizendo que

424 gostaria de parabenizar à Tereza Ouro e declarou que a questão da educação  
425 Previdenciária era muito oportuna, e que em Sergipe o Conselho Estadual do Idoso  
426 realizou um Seminário "Educação para um Envelhecimento Saudável". Disse que  
427 estão preocupados com os idosos vulneráveis de hoje, que estão preocupados em  
428 construir idosos verdadeiros cidadãos, e disse que realizaram um seminário no qual  
429 trataram de questões como a sexualidade na adolescência até a terceira idade, a  
430 questão da atividade física, a importância para construir um idoso saudável, cidadão, e  
431 que aí entra a sexualidade, a cidadania, com defensores públicos dizendo o que é a  
432 cidadania e um público alvo com estudantes, idosos, e relatou que a Gerência da  
433 Previdência também falou sobre a educação Previdenciária, que tem que estar na  
434 escola, que tem que se preparar para isso, e relatou que trataram também de violência  
435 familiar, renovação interior, fizeram uma dramatização, uma peça teatral com os  
436 jovens tratando da violência familiar, as DST, Aids, a evolução tecnológica, a questão  
437 da conta do idoso. Disse que as pessoas estão vivendo cem anos, cento e poucos  
438 anos, que quem nasce hoje tem uma expectativa de vida de 120 anos, que estamos  
439 vendo o Projeto Genoma, as células tronco, uma série de coisas. Declarou que esse  
440 foi um evento que acredita ser pioneiro, e que irão multiplicar isso ao nível de Brasil, e  
441 que a Subsecretaria deveria disseminar esse trabalho. Registrhou seus agradecimentos  
442 e disse estar muito feliz, porque segundo ele é preciso ter essa visão não só do velho  
443 de hoje, que está sofrendo muito, mas de construir um cidadão amanhã, um velho  
444 protagonista da sua história. Nesse momento, a senhora **Ana Amélia Camarano -**  
445 **Ministério do Planejamento** tomou a palavra, declarando que também queria lhe  
446 parabenizar, e disse que achava superinteressante a divulgação da informação básica  
447 para qualquer programa, e que essa é uma preocupação muito grande que ela tem,  
448 porque trabalha com pesquisa, nas duas pontas, jovens e idosos, e enfatizou que os  
449 idosos de hoje têm uma cobertura de 82%, que é um momento muito atípico da  
450 história brasileira, que nós estamos num momento muito bom em relação à população  
451 idosa, principalmente à cobertura previdenciária, e disse ter medo que isso só seja um  
452 ponto na história, que daqui a dez, quinze anos, olhe para trás, e diga: "pô, aquele foi  
453 um ponto na história". E disse que sua preocupação passa por aí, porque analisando a  
454 situação do jovem, existe hoje uma situação muito precária de inserção. Em relação à  
455 questão do mercado de trabalho, dos 27 milhões não cobertos, disse que seus dados  
456 chegam até 40, porque ali só foi considerada a população ocupada, sem considerar os  
457 não-ocupados? Nesse momento, a senhora **Josefa Barros C. Ávila - Ministério da**  
458 **Previdência** acrescentou que também existe a população de 16 a 59 anos, porque  
459 antes tinha 40, porque tinha uma população de 10 a 59. Ao que a senhora **Ana**  
460 **Amélia Camarano - Ministério do Planejamento** comentou que esse não era o  
461 ponto principal, que o ponto que lhe chamava mais a atenção é que a desproteção, a  
462 não-cobertura, decresce com a idade, ou seja, que ela é muito maior no segmento  
463 mais jovem, e que isso está associado com a estabilidade de renda. Disse que eles  
464 não estão inseridos, ou têm trabalho por três meses e depois ficam seis meses sem  
465 trabalhar. Concluiu que é um trabalho de baixa remuneração e muito instável, o que  
466 faz que dificilmente eles contribuam. E disse que realmente com uma alíquota de 20%  
467 para uma população que ganha menos de dois salários mínimos, você não vai  
468 contribuir, e que nenhuma campanha daria certo. Disse que a empregada doméstica  
469 contribui porque estamos contribuindo para ela, e que sua preocupação com a  
470 questão da redução da alíquota é superimportante. Acrescentou que um segundo  
471 ponto é a questão de haver uma grande parte do informal que trabalha uma parte do  
472 ano e outra parte não trabalha, e que a contribuição tem que ser mensal. Disse que  
473 para as pessoas ligadas à área de turismo, essa atividade é muito sazonal, que na  
474 França, por exemplo, existe um tipo de contribuição paga uma vez por ano, e que  
475 acha que essa é uma outra forma a ser pensada, que ao invés de estar pagando 8%  
476 todo mês, a pessoa paga um salário mínimo por ano, porque então a pessoa pode

477 tirar naquele mês em que mais precise. Nesse momento, a senhora **Tereza Ouro -**  
478 **Ministério da Previdência Social** disse que já existe um projeto pronto na SPS, e  
479 então o senhor **Perly Cipriano – SEDH** tomou a palavra, dizendo que queria, em  
480 nome da Secretaria, agradecer a presença importante, que estava previsto o debate,  
481 mas que infelizmente o prazo tinha-se extrapolado, e que de outra forma não  
482 cumpririam as outras agendas. Registrou que em nome da Secretaria queria  
483 agradecer a presença, que queria que disponibilize para todos os Conselheiros aquela  
484 apresentação, que a Secretaria está com um projeto de realizar seminários  
485 especificamente sobre Estatuto do Idoso em todos os estados, em que convida o  
486 Ministério Público, a Defensoria Pública, juízes, Secretarias Estaduais e Municipais,  
487 Conselhos, os idosos, a OAB, enfim, todos juntos, e que a idéia é que nesses  
488 seminários estivesse também a Previdência, para definir qual é o papel de cada um  
489 exatamente para que a comunidade idosa e a sociedade possa cobrar deles. Declarou  
490 que queria parabenizar a parceria que têm com a Previdência, que é importante, e que  
491 querem desenvolver mais. Disse que a idéia é que em cada estado no qual realizarem  
492 uma atividade, possam estar juntos, na mesma mesa, fazendo a exposição do  
493 trabalho. E declarou que ele já pode se preparar para fazer uma exposição, pois  
494 certamente em todos os Estados haverá seminários, e que a idéia é que em cada  
495 seminário esteja presente alguém para falar sobre isso. Fez seus agradecimentos em  
496 nome do Ministro e do Subsecretário Adjunto, declarando que posteriormente  
497 poderiam convidar a equipe para um debate mais detalhado. Nesse momento, a  
498 senhora **Tereza Ouro - Ministério da Previdência Social** disse que agradecia  
499 também, e se colocou à disposição, declarando que certamente se faria presente  
500 nesses seminários, e que podiam contar com eles. Nesse momento, a senhora **Maria**  
501 **José Barroso – CNBB** tomou a palavra, dizendo que em nome do Conselho também  
502 gostaria de agradecer e também de dizer que havia trabalhado na Previdência durante  
503 32 anos, e que sempre achou que a Previdência deveria ir ao encontro de todos  
504 aqueles que não estavam ainda fazendo parte da Previdência Social, e que agora  
505 existe um programa que vem justamente colocar isso que sonhava. Fez seus  
506 agradecimentos, dizendo que naquele momento teriam, como ponto de pauta, o  
507 representante do Secretário Nacional de Transportes, que seria substituído pelo Dr.  
508 Ferraz Filho, mas que no entanto, como ele não havia chegado, iriam então partir para  
509 a leitura da ata, para poder adiantar a pauta. Nesse momento, o senhor **Perly**  
510 **Cipriano – SEDH** tomou a palavra, aproveitando para dizer que a partir daquela data  
511 nas reuniões eles teriam um estenotipista, e que portanto, a idéia não só era de  
512 gravar, mas também de ter uma ata completa, na qual até as vírgulas estarão, e que  
513 ela será disponibilizada para todas as pessoas, mas que não iriam imprimir, porque às  
514 vezes são 70 páginas. Disse que ela pode ser disponibilizada por e-mail, se  
515 necessário, mas que fariam a ata executiva, que é o que tratam, porque de outra  
516 forma a leitura de umas 70 páginas para fazer uma discussão seria muito cansativa, e  
517 declarou que se faz a executiva que diga "olha, isso aqui não ficou responsabilidade  
518 do Álvaro, quem foi", apenas a executiva, que isso facilita para eles. Nesse momento,  
519 a senhora **Maria José Barroso – CNBB** perguntou quem gostaria de ler a ata para ter  
520 uma participação maior? (Álvaro inicia a leitura da ata. Josefa lê a partir de "Deliberou-  
521 se:"). Então a senhora **Léa Lúcia Braga – CFESS** disse que queria solicitar que se  
522 registrasse a sua participação na última plenária, porque não estava registrado ali, e a  
523 senhora Maria José Barroso – CNBB comentou que realmente achava que o novo  
524 modelo que estava sendo implantado até um pouco falho, porque já havia  
525 reclamações. A senhora **Marly Mascarenhas de Oliveira Bastos – Associação**  
526 **Brasileira de Educação** disse que gostaria, como suplente, de ser citada, inclusive  
527 para que a sua Associação soubesse que comparecera, ao que a senhora Maria José  
528 Barroso – CNBB acrescentou que naquele dia a sua suplente não viera, e que ela  
529 deveria estar tomando assento, e a senhora **Marly Mascarenhas de Oliveira Bastos**

530 – **Associação Brasileira de Educação** adicionou que na reunião passada havia  
531 estado presente, e que se o seu nome não estivesse ali, o que diria para a sua  
532 associação? Então o senhor **Perly Cipriano – SEDH** disse que aquilo poderia ser  
533 acrescentado sem problemas, e a senhora **Léa Lúcia Braga - CFESS** disse que seria  
534 para registrar, porque não estava contemplado, o CFESS não estava contemplado, ao ✓  
535 que o senhor Perly Cipriano – SEDH ponderou que registrariam os Conselheiros e as  
536 pessoas que ali estiveram, arranjariam um lugar, “presente aqui esteve para fazer uma  
537 exposição...”, Juriuza, ela estava presente também, e que supririam aquilo da próxima  
538 vez. Disse que a idéia é que a ata seria basicamente o que foi decidido e a outra  
539 questão a estenotipia resolveria, porque teria todos os dados e as informações.  
540 Enfatizou que não deveriam deixar que ninguém estivesse presente sem que seu  
541 nome fosse registrado, e que naquela reunião inclusive já fariam essa correção, e que  
542 já ficaria como ata executiva com essas correções. Nesse instante, a senhora **Marly**  
543 **Mascarenhas de Oliveira Bastos – Associação Brasileira de Educação** fez outra  
544 observação, dizendo que é uma maneira muito ligeira para constar de uma ata  
545 sintética falar: “a Conselheira Léa”, dar só o primeiro nome, e que achava que deve  
546 ser dado o nome todo da pessoa, ao que ~~ba~~ senhora **Maria José Barroso – CNBB** ✓  
547 acrescentou que também a instituição que ela representa deveria ser mencionada, e  
548 que achava simples demais, e que aquilo não era bom. Então o senhor **Paulo S. M.**  
549 **Negrão - Ministério da Cultura** concluiu que ficava aquela sugestão, o primeiro nome  
550 e o sobrenome que o Conselheiro usa e, entre parênteses, a sigla da instituição. E o  
551 senhor **Perly Cipriano – SEDH** acrescentou que já constava na lista de presença,  
552 mas não custava nada. Então a senhora **Maria da Penha Franco - Ministério do**  
553 **Desenvolvimento Social** disse que queria complementar uma coisa na ata que não  
554 havia sido bem a deliberação que estava ali escrita, porque ela havia preparado o  
555 documento; quando se falava em “encaminhar o ofício ao Secretário Especial  
556 solicitando a possibilidade da reunião do Conselho durante a Conferência”, a decisão  
557 naquele dia havia sido de reiterar, reafirmar o que tinha sido votado na reunião ✓  
558 anterior, quando haviam estado no Ministério da Previdência e lá decidido e aprovado  
559 por unanimidade que seria encaminhado aquele ofício. Disse que naquela reunião, no  
560 Desenvolvimento Social, também por unanimidade se pediu para reiterar, e que ali  
561 estava parecendo que era a primeira vez que se discutia para encaminhar o ofício. Ao  
562 que a senhora **Maria José Barroso – CNBB** acrescentou que inclusive foi o Manoel  
563 Veras quem disse não ser necessário se fazer outra votação, e que ali também não  
564 estava registrado. Nesse momento, o senhor **Álvaro Fontes da Silva Neto - Asilo**  
565 **Rio Branco** comentou que achava que deveriam, onde se estava dizendo “deliberou-  
566 se”, acompanhar item por item e ver quais seriam as correções; então veriam que  
567 haveria algumas justificativas de comissões, alguma coisa que alguém teria que falar  
568 alguma coisa, por exemplo, “encaminhar ofício à comissão organizadora do seminário  
569 realizado em Cuba sobre a violência e maus-tratos contra a pessoa idosa, informando  
570 sobre a impossibilidade desse Conselho de se fazer representar”, e perguntou à  
571 Conselheira Léa, o que havia ficado definido ali. A senhora **Léa Lúcia Braga - CFESS** ✓  
572 disse que deixara uma proposta de ofício com ele. Ao que o senhor **Álvaro Fontes da**  
573 **Silva Neto - Asilo Rio Branco** respondeu que tudo bem, mas que havia ficado dito  
574 que já não havia mais, e a senhora **Maria José Barroso – CNBB** acrescentou que  
575 pelo menos, não tinha recebido. Então o senhor **Álvaro Fontes da Silva Neto - Asilo**  
576 **Rio Branco** acrescentou que ela lhe havia passado um rascunho, a minuta de um  
577 ofício, mas que o tempo já estava esgotado a muito, e a senhora **Maria da Penha**  
578 **Franco - Ministério do Desenvolvimento Social** comentou que passado ou não do  
579 tempo, era preciso respeitar uma decisão coletiva, que na hora achara que não tinha  
580 muito sentido porque já tinha corrido tanto tempo, mas foi aprovado. Então o senhor  
581 **Álvaro Fontes da Silva Neto - Asilo Rio Branco** comentou que achava que  
582 deveriam fazer sim, e que algumas decisões que são importantes e que precisam ser

583 registradas ficam para o final da reunião, quando todo mundo está indo embora, e  
584 acaba ficando assim: "Léa, faz isso, um rascunho, passa para o Álvaro", e que a coisa  
585 fica sempre para um, que não se decide de uma forma de construção em conjunto,  
586 que sobra sempre para um. Comentou que não estava se omitindo de nada, que a Léa  
587 havia deixado um rascunho, mas que esse rascunho deveria ser apresentado a todos,  
588 para construírem isso juntos. Ao que a senhora **Maria José Barroso** – CNBB  
589 acrescentou que o Conselho é uma construção, e que não podiam se esquecer disso,  
590 nem se afastar disso. Então o senhor **Álvaro Fontes da Silva Neto - Asilo Rio**  
591 **Branco** sugeriu alterações para o resumo da ata: o nome, por exemplo, Padre Alfredo  
592 Morline, IPV.SS, não, Instituto Pró-Vida São Paulo, identificou ele. Álvaro Fontes, Asilo  
593 Rio Branco. Nesse momento, o senhor **Perly Cipriano** – SEDH se dirigiu a Juriuza,  
594 dizendo que ali estava quem encaminharia e que teriam que localizar quem fez para  
595 ver se cada um fez a sua parte, e que era só isso, encaminhar a ata aos Conselheiros,  
596 perguntando se havia sido encaminhado. Ao que **Jurilza - Secretaria Executiva do**  
597 **CNDI** respondeu que havia sido encaminhado, mas que alguns não haviam recebido,  
598 e que verificaria o que tinha havido. Nesse momento, o senhor **Álvaro Fontes da**  
599 **Silva Neto - Asilo Rio Branco** sugeriu que para facilitar e fazer uma coisa bem mais  
600 criteriosa, a Secretaria do Conselho atualizasse todos os e-mails posteriormente e  
601 mandasse para todos, e que a ata completa, se não se quisesse passar para todos,  
602 bastava disponibiliza-la no site do CNDI. Para o próximo item, "Convidar o CNAS para  
603 a próxima reunião do CNDI", . Ao que a senhora **Jurilza - Secretaria Executiva do**  
604 **CNDI** respondeu que o CNAS deveria, esta presente na próxima, 18 de agosto,  
605 **Álvaro Fontes da Silva Neto - Asilo Rio Branco** confirmou e passou para o próximo  
606 item, "Consultar quanto ao término do mandato do CNDI", que havia sido feito. Quanto  
607 ao próximo item, "Alteração do decreto que diz respeito à ampliação dos órgãos em  
608 conformidade com a nova estrutura do Governo", o senhor **Perly Cipriano** – SEDH  
609 disse que acabara de receber-lo naquele momento, e que depois providenciaria. A  
610 seguir, o senhor **Álvaro Fontes da Silva Neto - Asilo Rio Branco** proferiu o próximo  
611 item, "Realização dos Seminários Estaduais sobre o Estatuto do Idoso", dizendo que  
612 havia vários sendo realizados. Quanto ao próximo item, "Encaminhar ofício ao  
613 Secretário Especial de Direitos Humanos solicitando que seja examinado a  
614 possibilidade de realizar tal e tal", não havia sido possível, fora encaminhado, e a  
615 senhora **Maria José Barroso** – CNBB comentou que era uma coisa um pouco  
616 delicada, que havia encaminhado diretamente para o Dr. Nilmário, e que o Dr. Nilmário  
617 recebera na íntegra, e que posteriormente havia mandado de imediato para o CNDI, e  
618 que o CNDI tivera a coragem de cortar três itens que eram básicos, que era  
619 justamente a sua justificativa. E acrescentou que nesses itens dizia assim: "na  
620 oportunidade informamos, como não foi possível realizarmos a Conferência Nacional  
621 sobre o Direito dos Idosos com as Conferências Estaduais e Municipais, como  
622 propusemos o Seminário Nacional para Delinearmos as possibilidades de intervenção  
623 do CNDI a nível nacional, ouvindo e discutindo sobre as possibilidades de múltiplos  
624 encaminhamentos em nosso País, como não pudemos nem realizar a capacitação dos  
625 Conselheiros a oportunidade da reunião nesse Congresso seria uma chance para o  
626 CNDI." E disse que após isso, havia tirado uma cópia, e que na cópia não constava  
627 isso, e achava aquilo uma coisa muito grave, porque não estava presidente daquele  
628 conselho representando a CNBB para ser censurada. Acrescentou que pensava que  
629 no Governo Lula não haveria os vícios do Governo passado, de imposição, esses  
630 vícios de se fazer censura que eram tão criticados como existindo no CNDI. Declarou  
631 que estava profundamente indignada, que ligara para a Secretaria do Dr. Nilmário,  
632 pedindo que lhe retornasse por gentileza o e-mail que mandara, e ela lhe retornou.  
633 Comentou que disse à secretaria que estava havendo censura, que ela não admitia e  
634 nem o Estatuto do Idoso admitia isso, porque estava sendo discriminada, estava  
635 sendo aviltada em suas proposições. Ao que a senhora **Juriuza - Secretaria**

636 Executiva do CNDI declarou que não tivera conhecimento desse documento, que  
637 quando ela havia cobrado o documento, havia pedido uma resposta no gabinete, que  
638 o gabinete estava cobrando e que não tinha nada do que ela havia mandado. Ao que  
639 a senhora **Maria José Barroso** – **CNBB** retrucou, dizendo que seria importante  
640 esclarecer. Nesse momento, o senhor **Perly Cipriano** – **SEDH** tomou a palavra, se  
641 comprometendo a buscar esclarecimentos, dizendo que sua preocupação inicial era  
642 outra, que a presidente cumpriu o seu papel, mandou para o Ministro e-mail. E disse  
643 que poderia ver com o Ministro qual foi o e-mail que ele recebeu. Continuou dizendo  
644 que se ele recebeu, recebeu o que a presidente mandou, e que eles poderiam saber  
645 quem foi que fez essa outra coisa porque a correspondência é para o Ministro. Então,  
646 disse ele que daria a explicação do que foi, se houve um erro grave. Disse que  
647 perguntaria se o Ministro recebeu, qual foi que recebeu e por que entrou daquele jeito  
648 na página. Afirmou que se entrou assim, estava errado, pois o que deveria estar na  
649 página seria a correspondência da presidente e uma resposta formal “sim” ou “não”, e  
650 propôs que traria esses dados e retornariam à discussão mais tarde com essas  
651 informações. Nesse momento, o senhor **Álvaro Fontes da Silva Neto - Asilo Rio**  
652 **Branco** tomou a palavra, propondo o próximo item, “Planejamento do CNDI”, dizendo  
653 que ficara combinado dos conselheiros mandarem subsídios para começarem a  
654 formatar alguma coisa mesmo no final do mandato, mas que não receberam nenhuma  
655 sugestão por parte de ninguém. Declarou que na sua opinião houvera naquele dia ali  
656 uma conquista muito grande, que era o maior anseio do Conselho, que é a questão do  
657 recurso e de ser deliberativo. Para ele, essa foi a maior conquista, mesmo perto do  
658 final do mandato, disse que não poderiam ser egoístas, que os outros continuariam, e  
659 registrou que acreditava que tudo melhoraria muito, mas que a questão da visibilidade  
660 tem outros caminhos também, que de certa forma, segundo ele, não dependiam disso,  
661 e que cabia a ele relatar alguns caminhos que foram tomados com a permissão da  
662 presidente; enfatizou que com a aquiescência da presidente tomaram algumas  
663 iniciativas no mês retrasado em contato que têm com um advogado que é presidente  
664 da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas, e que nesse contato com ele, ele  
665 lhe perguntara sobre o Conselho, o Dr. Nilton Correia, e ele lhe mostrara que os  
666 processos nos tribunais não estavam tendo a visibilidade necessária para que o idoso  
667 tivesse acesso rápido. E disse que ele, como uma pessoa que tem livre acesso ao  
668 Tribunal Superior do Trabalho, agendou uma reunião com o Ministro Vantuil Abdala, à  
669 qual foram pessoalmente e fizeram uma solicitação, fizeram o documento que  
670 mostraram no seminário em conjunto Conselho Nacional, e disse que acredita que  
671 essa foi realmente a primeira ação que dá resultado concreto para o idoso brasileiro, a  
672 qual diz o seguinte: “ABRAT, Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas – com  
673 seu presidente Nilton Correia, o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, órgão  
674 vinculado à Secretaria Especial dos Direitos Humanos, vem diante de Vossa  
675 Excelência respeitosamente expor e requerer da forma seguinte, em cumprimento à lei  
676 10.741 de 1º de outubro de 2003 e os respectivos artigos, esse colendo Tribunal  
677 aditou ato geral, disciplinando a tramitação no TST dos processos nas quais figure  
678 como parte interveniente cidadão ou cidadã com idade igual ou superior a 60 anos,  
679 estabelecendo a identificação desse fato nas respectivas capas, carimbando com os  
680 dizeres ali indicados. Dois, ocorre que por fatores diversos, a preferência vem sendo  
681 cumprida com dificuldades que podem ser sanadas com providências simples. Três,  
682 os requerentes interferiram que a posição do carimbo nas capas não foi suficiente a  
683 cumprir o desejado pelo ato dessa Corte, notadamente pela sua falta de visibilidade.  
684 Assim solicitam que Vossa Excelência determine que seja fixada uma tarja de cor  
685 forte, provavelmente por fita adesiva, sobre as capas desses processos, em suas  
686 bordas e na parte frontal para dar efetivo destaque e realce ao processo, de forma  
687 que, à primeira vista, esteja visível tratar-se de autos que merecerão de todos a  
688 preferência indicada na lei. Vale destacar que tal medida já tem precedentes no

742 retirando todos os itens que não foram efetivados. Nesse momento, o senhor **Perly**  
743 **Cipriano – SEDH** sugeriu que isso fosse trazido na próxima reunião para ser  
744 apresentado, que no dia 18 de agosto as mesmas pessoas se encarregassem de  
745 trazer aquele relatório. Nesse momento, o senhor **Álvaro Fontes da Silva Neto -**  
746 **Asilo Rio Branco** retomou a palavra, sugerindo a possibilidade de encerrar o  
747 mandato em dezembro e começar o mandato no ano de exercício de 2005. Então o  
748 senhor **Perly Cipriano – SEDH** sugeriu que não se fizesse essa discussão ali, e  
749 propôs terminarem a verificação da ata, com o próximo item, "Solicitar à CNBB a  
750 avaliação da Campanha da Fraternidade 2003". Com relação a isso, a senhora **Maria**  
751 **José Barroso – CNBB** declarou que fora uma questão levantada pelo Geraldo Adão,  
752 que fora encaminhada e que naquele dia ele viria apresentar, à tarde. Nesse  
753 momento, a senhora **Maria da Penha Franco - Ministério do Desenvolvimento**  
754 **Social** interferiu, mencionando o penúltimo item, no qual estava escrito que não  
755 haviam sido reativadas as comissões criadas. Disse que a reativação implica na ação,  
756 que em sua opinião não teriam tempo de reativar nada, se o seu prazo era até dia 18  
757 de agosto. Em sua opinião, deveria ser passado que existiam, foram indicadas tais e  
758 tais comissões para a próxima gestão aproveitar ou não, mas não reativar. Nesse  
759 momento, o senhor **Álvaro Fontes da Silva Neto - Asilo Rio Branco** retomou a  
760 palavra, mencionando o último item, sobre indicação de um representante, que dizia  
761 respeito à sua pessoa, e dizendo que numa assembléia realizada na Sala dos  
762 Retratos fora escolhido o representante do Conselho para representar o Fórum  
763 Nacional, que a Paula estava presente, e que pediram que fosse identificada qual foi a  
764 reunião que constava na ata, para que fosse feito o ato da presidente dizendo que "foi  
765 nomeado fulano de tal". O senhor **Perly Cipriano – SEDH** comentou que havia sido  
766 uma reunião um pouco polêmica, mas que o senhor Álvaro havia sido indicado, e que  
767 a presidente deveria localizar aquela data e fazer aquela indicação. A senhora **Maria**  
768 **José Barroso – CNBB** disse que tinha todas as atas, mas que a Secretaria Executiva,  
769 com mais facilidade, procuraria à tarde para que o ato fosse feito. Ao que o senhor  
770 **Perly Cipriano – SEDH** retrucou, dizendo que não haveria essa necessidade, porque  
771 seria só uma nomeação, sem questionamento, e que todos se lembravam da ata e da  
772 reunião. Nesse momento, a senhora **Léa Lúcia Braga – CFESS** pediu que voltassem  
773 ao item um, cuja deliberação fora "encaminhar ofício à comissão organizadora", ✓  
774 dizendo que sua tarefa não fora de encaminhar, mas de minutar o ofício, e propôs que  
775 se substituisse encaminhar por minutar e permanecesse Conselheira Léa, ou se  
776 tirasse o seu nome dali. Ao que o senhor **Perly Cipriano – SEDH** ponderou que a ata  
777 correta seria a seguinte: "A Conselheira Léa fez a minuta. Não foi encaminhado",  
778 porque segundo ele poderia parecer que ela não fez a sua parte. Nesse momento, o  
779 senhor **Geraldo Adão Santos – COBAP** tomou a palavra, pedindo um esclarecimento  
780 sobre a ata. Em primeiro lugar, pediu desculpas pelo atraso, e mencionou item  
781 "alteração do decreto do CNDI", porque segundo ele, muitas coisas que aquele  
782 Conselho não teve condições de colocar em prática ou de planejar melhor ficaram em  
783 função exatamente dessa alteração do decreto. Então o senhor **Perly Cipriano –**  
784 **SEDH** declarou que isso seria feito na hora dos informes, e esclareceu que a  
785 Secretaria não alterou nenhum item dos pontos de pauta propostos, que apenas  
786 fizeram uma sugestão de que passasse essa parte para a parte da manhã e incluíram  
787 a questão da Previdência. E sugeriu que fizessem mais meia hora de informes antes  
788 do almoço, com três minutos por informe. O primeiro inscrito foi o senhor **Paulo S. M.**  
789 **Negrão – Ministério da Cultura**, que tomou a palavra dizendo que tivera o prazer de,  
790 um mês antes, participar de um seminário com a senhora Penha em Goiânia, que  
791 aproveitara um contato e conseguira se encontrar com os Secretários de Cultura  
792 Municipal e Estadual, e que lhes levara algumas idéias. Declarou que inicialmente  
793 tivera uma aceitação muito boa, e que na semana retrasada se encontrara em Vila  
794 Boa de Goiás com o Secretário Municipal de Cultura, e que ele lhe disse que estava

689 tratamento de processos relacionados com massa falida, com procedimento  
690 summaríssimo e naqueles referentes a planos econômicos. Quarto, por derradeiro,  
691 requerem que as providencias que venham a ser adotadas nesse TST sejam  
692 estendidas ou, quando menos, recomendadas a todos os Tribunais Regionais, tudo  
693 com o objetivo de dar plena efetividade à preferência fixada pela lei de forma justa  
694 para atender os idosos do País". Afirmou que se solicitasse ao presidente do TST  
695 que ele mudasse a capa do processo para vermelho, isso não seria feito, porque são  
696 milhares de processos e ficaria inviável. Disse que o presidente do TST acatou a sua  
697 solicitação e reformou o ato, determinando que fosse fixada uma faixa vermelha que  
698 vai na frente do processo, lateral e fundo. Acrescentou que o que acontecia na  
699 secretaria e nos tribunais quando o processo entrava, era que ele teria que receber  
700 um carimbo na capa, outro processo era colocado em cima, e ninguém sabia que o  
701 outro processo tinha prioridade de idoso. Enfatizou que hoje já existe uma tarja  
702 vermelha, e que isso foi estendido para todos os tribunais. Com relação a isso, disse  
703 ele que a OAB Nacional se somou a eles, disse que houve várias entrevistas citando a  
704 participação, a iniciativa do Conselho Nacional no Jornal Valor Econômico do Rio de  
705 Janeiro, Folha de São Paulo, Jornal do Brasil, e que estendera uma solicitação ao  
706 Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal para que fizesse a mesma  
707 iniciativa, e que isso já fora acatado por esses dois tribunais e estendido a todos.  
708 Ponderou que essa era uma medida com a qual o Conselho Nacional realmente  
709 esteve na mídia nacional reivindicando melhoria, conquista para o idoso que deve,  
710 segundo ele, pelo menos, ter um final de vida digno, receber antes de morrer aqueles  
711 recursos, e que isso a OAB disponibilizou no seu site para facilitar. Nesse momento a  
712 senhora **Maria da Penha Franco - Ministério do Desenvolvimento Social** o  
713 interrompeu, dizendo que estavam analisando a ata, e que aquilo era informe. Ao que  
714 o senhor **Álvaro Fontes da Silva Neto - Asilo Rio Branco** se desculpou. Nesse  
715 momento, o senhor **Perly Cipriano - SEDH** tomou a palavra, pedindo "Sugestões dos  
716 Ministérios para a próxima reunião do CNDI, Conselheiros Governamentais". Declarou  
717 que como haviam conseguido aquela estrutura para ter estenotipia, ter tudo copiado, e  
718 foi ele quem propôs fazer reuniões nos outros Ministérios, que continua achando isso  
719 muito bom, mas que precisariam, para evitar outros problemas que poderiam surgir,  
720 ver se o Ministério no qual realizariam a reunião garante esse mínimo para eles, para  
721 evitar deles irem ao Ministério e não terem a estrutura que precisam. Fez a suposição  
722 que seria no Ministério da Fazenda, e disse que é preciso saber se eles mantêm a  
723 estrutura proposta, com a estenotipia, e que isso facilitaria um pouco a sua vida.  
724 Nesse momento, o senhor **Maurício Pinho Gama - MEC** interviu, dizendo que quem  
725 devia fazer esse papel eram os representantes dos Ministérios, que ele poderia, levar  
726 para o seu Ministério a proposta de fazer a reunião lá, e que para isso precisava saber  
727 o que é necessário, porque a cultura de reunião lá talvez não fosse essa que estava  
728 sendo requerida, e disse que a parte de estenotipia o assustara, que não é usual, e  
729 que teria que ter verba para contratar um serviço terceirizado. Ao que o senhor **Perly**  
730 **Cipriano - SEDH** retrucou, dizendo que consultariam o Ministério se ele pode ter  
731 aquela estrutura mínima necessária, e que assim poderia ser em qualquer Ministério.  
732 Nesse momento, o senhor **Álvaro Fontes da Silva Neto - Asilo Rio Branco** retomou  
733 a palavra, proferindo a próximo item, "Relatório do CNDI 2003 e agenda 2004". A  
734 senhora **Maria José Barroso - CNBB** declarou que esse relatório estava sendo  
735 elaborado porque era o relatório que eles iriam entregar à nova comissão que iria  
736 montar as novas eleições. Disse que é um relatório muito conciso de todas as  
737 propostas que fizeram e de todas as propostas não operacionalizadas, não  
738 respeitadas porque, segundo ela, quando assumiram, tinham algumas linhas  
739 prioritárias de atuação do CNDI, e não conseguiram emplacar nenhuma. Mas  
740 acrescentou que teriam o respeito com os outros que iriam lhes suceder, de  
741 apresentar aquele relatório, e disse que estavam olhando as atas desde 2002, 2003 e

795 em gestões com o Sebrae para que em relação a alguns dos pontos que ele levou a  
796 ele, possa, efetivamente, se iniciar a participação do Ministério da Cultura, e que tinha  
797 esperança de que fossem desenvolvidas daquele momento em diante. Além disso,  
798 disse ele que estava em entendimentos com seu chefe de gabinete para que o  
799 Ministro fizesse uma carta, que seria muito mais forte que as suas, aos Secretários  
800 Estaduais de Cultura, para que, a partir daí, ele pudesse fazer uma interlocução e  
801 levar à frente aquelas idéias todas que ele já havia exposto. Acrescentou que também  
802 entrou em contato com o diretor do Museu da Imagem do Som, que já existe isso em  
803 São Paulo, um registro de pessoas idosas em relação a cultura, a vivências, a modos  
804 de vida na cidade antiga, e que isso é uma coisa importante do ponto de vista de  
805 cultura. Disse que encontrou também uma ressonância na parte dele, mas que o  
806 Museu está passando por um processo muito grande de digitalizar todo o acervo dele,  
807 que é monstruoso, só o arquivo da rádio internacional é de mais 40 mil itens, e disse  
808 que eles conseguiram, junto a Petrobrás, uma verba para digitalizar uma parte desse  
809 acervo, mas que acredita que nos próximos meses algumas ações voltadas aos  
810 idosos seriam desenvolvidas no Museu da Imagem e do Som no Rio de Janeiro, e que  
811 pretendia fazer isso no Brasil todo. O senhor **Álvaro Fontes da Silva Neto - Asilo Rio**  
812 **Branco** acrescentou que com relação à tramitação desse processo, desta vez, a OAB  
813 e a ABRAT, os consultara; disse que fizeram uma moção junto a esses mesmos  
814 tribunais para que não houvesse a necessidade de ser provocado prioridade pelo  
815 advogado, porque no Código de Processo Civil antigamente a idade de prioridade era  
816 65 e deveria ser provocado pelo advogado. Enfatizou que pelo estatuto, a 10.741  
817 revoga o que está no Código de Processo Civil. Disse que foi feita uma solicitação  
818 conjunta de OAB/Conselho Nacional e ABRAT a todos esses tribunais para que fosse  
819 identificado automaticamente quando entrasse em qualquer Tribunal. Com relação à  
820 contribuição a um novo projeto, às pessoas que iriam continuar, disse que conversou  
821 com o Perly, e que poderiam fazer uma ação conjunta do Conselho e da  
822 Subsecretaria, sensibilizando os governadores de que os Estados ainda não têm  
823 conselho para se criar esses conselhos de maneira emergencial, para que pudessem  
824 contribuir melhor para a operacionalização da Política Nacional. Como expediente,  
825 sugeriu um ofício conjunto aos Governadores dos Estados e, nas conferências  
826 estaduais, a discussão da existência desses conselhos nos Estados onde não  
827 existem. Em sua opinião, o conselho deve ter como meta principal a instalação dos  
828 conselhos restantes. Disse que estão realizando em Sergipe uma reunião ampliada à  
829 qual estão convidando o Conselho Nacional, a Secretaria Especial de Direitos  
830 Humanos, a ANVISA, o Ministério do Desenvolvimento Social – coordenador da  
831 Política Nacional do Idoso, o Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual,  
832 a Defensoria Pública, o gestor estadual da Política Estadual do Idoso, o gestor  
833 municipal, os Conselhos municipais, as assembléias legislativas, que essa era uma  
834 mobilização que já discutira, que depois o Perly poderia entrar em detalhe, que já  
835 estava agendado em Sergipe, que iriam formar o pacto de Sergipe, que seriam as  
836 ações em todos os níveis para contemplar a legislação vigente; que eles deveriam  
837 operacionalizar o que já existe, e que lei já existe demais. Acrescentou que partir daí  
838 iriam traçar o pacto, o que cada um iria fazer, e que a partir daí poderia se estender  
839 para outros Estados. Disse que haveria mesas redondas e que convidariam toda a  
840 sociedade civil, Secretarias de Assistência municipais, Federação de Aposentados,  
841 associações. Disse, por exemplo, que o Ministério do Desenvolvimento Social é o  
842 coordenador do Plano Governamental de Ação Integrada. Nesse momento, a senhora  
843 **Maria José Barroso – CNBB** tomou a palavra, dizendo que dissera na noite anterior  
844 ao senhor Álvaro que antes de deixar o Conselho, gostaria de fazer uma carta para os  
845 Governadores informando sobre a importância, o significado dos conselhos, mas que  
846 para fazer essa carta precisava se assegurar de que ela fosse na íntegra. Acrescentou  
847 que recebeu novamente do BID uma informação muito importante, muito significativa,

que o BID continuava interessado em fazer um pacto com o CNDI para avançar. Em seguida, a senhora **Paula Regina R. Machado – ABRA** tomou a palavra, dizendo estar extremamente indignada com o Governo do Estado de Pernambuco, que vetara, depois de publicar na mídia por diversas vezes, a criação da Delegacia do Idoso, que é uma coisa que ela defendia, e que principalmente com o estatuto, achava extremamente necessária, e que estava numa luta de mobilização grande quanto a isso, para poder reverter a situação, e que esperava ter êxito. A outra questão que mencionou, é que várias entidades de lá estavam solicitando a realização de eventos para discutir o estatuto, dentre eles a Fundação Joaquim Nabuco, que é extremamente respeitada lá no Nordeste, e que vai estar realizando uma iniciativa deles e da OAB. Finalizou dizendo que aquilo a deixa extremamente tranqüila na melhor condução, na melhor abrangência das discussões. O Próximo informe coube à senhora **Maria da Penha Franco - Ministério do Desenvolvimento Social**, que registrou que o Brasil foi escolhido para sediar a 32<sup>a</sup> Conferência Internacional de Bem-estar Social em 2006. Disse que haverá a 31<sup>a</sup> Conferência Internacional na Malásia em agosto e que o nosso Presidente foi convidado para fazer a conferência de abertura. Disse que o convite para o Presidente já estava no Ministério das Relações Exteriores, que estavam aguardando apenas a definição para que a Embaixada Brasileira na Malásia se organizasse e definisse a comitiva brasileira que estaria lá. Acrescentou que já haviam escolhido o tema para o Brasil, "Desafios para a inclusão: pobreza e desigualdades sociais", que segundo ela tem a haver principalmente a nossa região. E disse que acabara de chegar, há uma semana e meia, do encontro internacional no Chile, ao qual estiveram presentes 130 instituições representativas de ONGs internacionais e de cada País, e que nós temos compromissos seriíssimos, desde 95, da CUMBRE, nós temos compromissos da Conferencia da Mulher, nós temos compromissos de Madri, e que os governos não estão cumprindo. Enfatizou que tivemos, o ano passado, o compromisso da América Latina e Caribe para o Envelhecimento, e que o relatório final havia sido trazido na semana anterior à CEPAL. E disse que começam a assumir compromissos, e que ficam no papel. Então, concluiu que têm que ir muito devagar com isso, com muita seriedade para cobrar numa outra instância que as coisas aconteçam. Acrescentou que Isso fora falado entre todas as organizações que estavam representadas no Chile. E também comunicou ao Conselho que já haviam iniciado a programação para o dia 1º de outubro de 2004, onde iriam novamente retomar o Parque da Cidade com a caminhada, e disse que esperava que no dia 1º de outubro, o Sr. Presidente da República vá estar assinando, com os demais Ministros, o Plano de Ação Integrada. Disse que estavam fechando com os Ministérios junto a isso a elaboração de uma cartilha que segundo ela não é mais de Estatuto, é a operacionalização do Estatuto que é o que todo mundo, nos encontros em que estão indo, está pedindo: "Como? Onde eu pego o medicamento? Onde eu faço isso? Com quem? Um manual. Como é que eu me inscrevo para a LOAS?". Ao que o senhor **Paulo S. M. Negrão – Ministério da Cultura** acrescentou que quando não fosse entendido, seria necessário um mecanismo rápido para reclamar. E a senhora **Maria da Penha Franco - Ministério do Desenvolvimento Social** disse que essa é a discussão que está começando. Mencionou o Plano de Ação Integrada Interministerial, o plano dos Ministros que estão envolvidos. Nesse momento, a senhora **Ana Amélia Camarano - Ministério do Planejamento** pediu a palavra, dizendo que estão preparando no IPEA, uma versão atualizada e ampliada do livro "Muito além dos 60" numa versão em português e inglês, e que estão negociando com as Nações Unidas para lançar a versão inglesa no exterior, e que estão em parceria com a Secretaria dos Direitos Humanos para fazer um sistema de indicadores para a população idosa, inclusive já incorporando os indicadores propostos de acompanhamento na reunião da América Latina, CEPAL, e registrou que o que queria era convidar o pessoal ali presente para

901 fazerem um evento conjunto, o Conselho, a Secretaria, para o lançamento de um  
902 seminário discutindo o livro, o lançamento do livro, dos sistemas de indicadores e as  
903 outras coisas que já estavam previstas para ser lançadas, que se pudesse fazer isso  
904 num evento conjunto, em parceria. Nesse momento, a palavra foi passada para o  
905 senhor **Geraldo Adão Santos – COBAP**, que disse que daria uma informação e que  
906 também estaria pedindo uma informação. Primeiramente, segundo ele, a COBAP vem  
907 preocupada com a questão do atendimento ao idoso, principalmente com a dificuldade  
908 de acesso, a questão do medicamento e outros itens. Segundo ele, o Estatuto do Idoso  
909 vem exatamente para determinar quais são as obrigações do Ministério da Saúde e o  
910 compromisso com essa população. Disse que foram constituídos, no Ministério da  
911 Saúde, dois grupos de trabalho para poder exatamente criar as condições para que se  
912 efetive as obrigações do Ministério com relação a essa população. Mas ponderou que  
913 esse trabalho está demorando um pouco, que apesar da cobrança não têm ainda o  
914 projeto de como as coisas iriam acontecer, porque na verdade não estavam  
915 acontecendo já como deveriam estar. Então, disse que pedira na quarta-feira anterior  
916 uma reunião com a coordenadora da saúde do idoso, que é a Dra. Nedil, e que ele e a  
917 senhora Maria Aleida foram lá, tiveram uma reunião de uma hora e tanto com ela, e  
918 ela deu a informação de que dois grupos de trabalho estavam trabalhando exatamente  
919 nessa linha, mas que não é uma coisa que se consegue resolver de um dia para outro,  
920 porque na verdade isso vai se estender para os estados, vai se estender para os  
921 municípios, vai ter uma série de pactuações, que o negócio não é tão fácil assim. Mas  
922 disse que pedira para ela ver se havia condições de pelo menos apresentar um projeto  
923 o mais rápido possível para que aquele projeto fosse do conhecimento deles, para que  
924 dissessem se aquele projeto estava ou não coerente com o que eles conhecem da  
925 realidade na ponta do sistema. Disse que os dois grupos estavam tratando da  
926 seguinte forma: um grupo iria cuidar das residências de longa permanência, e o outro  
927 grupo estaria cuidando da questão do medicamento, da atenção domiciliar, da atenção  
928 básica, do medicamento, e que então viera o problema da Farmácia Popular, e que  
929 achava que aquele Conselho devia estar alerta para a possibilidade de amanhã, de  
930 alguma forma, ela ir substituindo a obrigatoriedade do Governo de fornecer o  
931 medicamento do SUS como integralidade da assistência. Disse que no decreto que o  
932 Presidente assinou instituindo a farmácia básica está bem claro que esta farmácia  
933 básica é para atender à população não preferencialmente usuária do SUS, porque  
934 segundo ele nós temos mais ou menos 35 milhões de pessoas nos planos de saúde,  
935 são pessoas que têm plano por deficiência do SUS e não por eficiência dos planos,  
936 que conseguem a consulta, conseguem o exame, mas não conseguem o  
937 medicamento, essa população não pode comprar o medicamento, mas como ela tem  
938 plano de saúde, ela não usa o SUS, mas está carente do medicamento. Então,  
939 concluiu, essa farmácia parece, e pelo que está no decreto, é para atender  
940 basicamente essa população, o que, segundo ele, não impede o usuário do SUS, ou  
941 qualquer um, de ir à farmácia e também ter acesso. Disse que será uma lista de 90 a  
942 92 medicamentos que achava que iria facilitar muito a vida dos pobres deste País, que  
943 usam medicamentos. Mas enfatizou que é preciso estar unidos, tanto o Conselho  
944 como o Conselho Nacional de Saúde, e que a Farmácia do SUS fosse revisada,  
945 ampliada e atendesse à demanda dos usuários do SUS, que todo o receituário do  
946 SUS encontrasse realmente o medicamento que a pessoa precisa, que isso faz parte  
947 da integralidade do sistema. Concluiu que é preciso reconhecer a importância da  
948 Farmácia Básica, mas que é preciso estar atento para ela não vir, amanhã, a tirar  
949 medicamento de uma lista e passar para outra, porque, segundo ele, a função do  
950 SUS, de fornecer o medicamento, tem que ser cumprida. Finalizou pedindo que na  
951 próxima reunião fosse pautada a presença dos representantes do grupo do Ministério  
952 da Saúde para apresentarem esse projeto. Em seguida, disse que ficou assustado  
953 quando viu na televisão que mais de 14 mil pessoas poderiam ser afetadas com a

954 revisão que a Assistência Social faria com relação aos benefícios da LOAS. Registrhou  
955 que se uma pessoa tiver que ser excluída por uma diferença de ¼ do salário mínimo,  
956 de 2, 3 cinco reais, isso será uma injustiça, e que eles tinham que pensar em trabalhar  
957 essa questão. Nesse momento, a senhora **Maria da Penha Franco - Ministério do**  
958 **Desenvolvimento Social** disse que em sua opinião o Conselho tinha todo o direito de  
959 colocar em aprovação, de protestar ou de louvar as medidas boas ou erradas, e que o  
960 Conselho deveria se manifestar quanto a isso, como o Conselho também deveria se  
961 manifestar quanto à cobrança de 8% dos inativos, que essas coisas que estavam  
962 acontecendo não era porque o Conselho estava vinculado, com a participação  
963 governamental, mas que era preciso respeitar o coletivo e, principalmente, respeitar a  
964 população pela qual é responsável. Então a senhora **Maria José Barroso – CNBB**  
965 acrescentou que havia trazido um jornal dizendo que o INSS suspendera o pagamento  
966 do deficiente e do idoso. E o senhor **Álvaro Fontes da Silva Neto - Asilo Rio Branco**  
967 ponderou que achava aquilo que ela havia colocado importante, que precisavam sair  
968 dali com alguma coisa. Então o senhor **Perly Cipriano – SEDH** sugeriu que  
969 colcassem esse questão num ponto de pauta, porque senão não ficaria nem em  
970 informe, nem se discutiria, nem decidiriam. Ao que a senhora **Maria da Penha Franco**  
971 - **Ministério do Desenvolvimento Social** questionou que não seria discutir, seria a  
972 manifestação do Conselho contra. Nesse momento, o senhor **Perly Cipriano – SEDH**  
973 tomou a palavra, dizendo que o decreto que começaram a falar ali fora publicado  
974 naquele dia, e que portanto, quando foi dado o informe inicial, eles não o tinham, mas  
975 que iria tirar cópias para todos receberem. Disse que fez uma consulta jurídica à Casa  
976 Civil, como havia assumido o compromisso. Disse que o mandato se encerra em 3 de  
977 setembro de 2004, e em relação à Secretaria Especial, declarou que já realizaram  
978 parceria com os Governos Estaduais, um pouco do rumo que o Álvaro havia falado, e  
979 disse que estão entrando em contato com todas as Secretarias de Ação Social,  
980 entrando em contato com as Assembléias, com os Ministérios Públicos, com as  
981 Defensorias, para ver se realizam os seminários nos Estados, com o Ministério Público  
982 para dizer que é o papel dele, o Conselho, a Defensoria, o Juiz, e acrescentou que já  
983 haviam feito trabalhos com os Estados de São Paulo, Santa Catarina, Acre,  
984 Maranhão, Espírito Santo, Goiás, Tocantins, e que já estavam fazendo entendimentos  
985 no DF, que o Álvaro estava levantando algumas questões, e convocou quem mais  
986 pudesse trabalhar nesse sentido, para verem se montam em outros Estados; seria em  
987 Sergipe, e disse que estão trabalhando com os Estados do Amazonas, Rondônia,  
988 Alagoas e Pernambuco. E acrescentou que estavam realizando também uma  
989 discussão com a ANVISA, estavam discutindo, a Secretaria, a ANVISA, o Ministério de  
990 Desenvolvimento Social e o Ministério da Saúde para estabelecer uma espécie de  
991 regulamentação para a questão das instituições de longa permanência, que era uma  
992 discussão longa, já vinha de antes, estava em consulta pública, já tinha sido até  
993 anunciada no último seminário que fizeram, da violência contra o idoso. Disse que até  
994 em consulta pública havia sido pedido que se desse mais um mês além daquele prazo  
995 previsto, porque começaram a chegar muitas sugestões boas. Enfatizou que quem  
996 pudesse, entrasse lá e desse sugestões. Em relação à capacitação sobre violência  
997 contra a pessoa idosa, disse estavam fazendo um convênio com a Associação dos  
998 Promotores Públicos de Defesa do Idoso e Portador de Deficiência para a realização  
999 de cursos em todos os Estados, e disse que aí teriam que incluir os conselhos juntos,  
1000 em todos os Estados realizarem, e que a idéia era de fazer por Estado. Acrescentou  
1001 que a questão de se fazer regional é mais cara do que fazer por Estados. Declarou  
1002 que essa ação já faz parte do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência contra a  
1003 Pessoa Idosa daquela discussão que alguns estiveram presentes. E prosseguiu  
1004 dizendo que iriam realizar a Conferência Nacional de Direitos Humanos, que  
1005 começaria no dia 29 de junho e iria até o dia 2 de julho e que não tinham condição de  
1006 incluir as pessoas como delegados na Conferência, porque seriam 580 delegados, o

1007 espaço era pequeno, já existiam os convites que os Estados fizeram, e que estava  
1008 assegurado ao presidente dos conselhos. Registrhou que alguns Estados brigaram e  
1009 conseguiram uma vaga lá, e que ele pelo menos pedira, e pediu que brigassem nos  
1010 seus Estados para saírem representantes dos idosos nessa Conferência. Disse que  
1011 essa Conferência também iria inaugurar o Disque Nacional de Direitos Humanos, que  
1012 é 100. Acrescentou que esse disque iria trabalhar 7 dias por semana, 24 horas por dia,  
1013 porque todos os disque existentes, com todo o esforço que se fazia, era no expediente  
1014 normal, e sexta, sábado e domingo, à noite. Então, ele concluiu que iriam funcionar 24  
1015 horas por dia, 7 dias por semana, e que teríamos uma ouvidoria em Brasília, e que  
1016 estavam trabalhando com a lógica para ver se seria possível ter pelo menos uns vinte  
1017 advogados para o Disque. Disse que quando viesse uma violência, uma violação dos  
1018 direitos do idoso, essa ouvidoria, imediatamente, encaminharia ao Conselho, à  
1019 Assembléia Legislativa, ao Conselho Estadual de Direitos Humanos, ao Ministério  
1020 Público, à Promotoria, e que iriam trabalhar para que ele recebesse de imediato e que  
1021 esse dado ficasse registrado, e que teríamos, finalmente, banco de dados no Brasil.  
1022 Enfatizou que o que o promotor fez, o que o Conselho fez, o que a Assembléia  
1023 Legislativa fez, o que a OAB fez, o que eles fizeram no Estado, tudo isso vai estar num  
1024 banco de dados, e fica-se sabendo que em determinado Estado o Conselho funciona  
1025 muito bem, que existem Estados nos quais às vezes o Conselho fica dormindo, e  
1026 disse que nessa conferência também iriam aprovar o Sistema Nacional de Direitos  
1027 Humanos, um sistema que integra todos os Conselhos, o Conselho da Criança, a  
1028 questão do idoso, o Combate à Violência da Mulher, do Índio, e disse que qualquer  
1029 Conselho precisa discutir todas as questões, senão, em sua opinião, não existem  
1030 direitos humanos, questões universais e indivisíveis de todos. Nesse sentido,  
1031 continuou, é preciso integrar, e disse que queria propor que a Conferência, atendendo  
1032 à preocupação do Álvaro e da Mariazinha, deveria fazer uma pequena moção, porque  
1033 não iria ter um espaço na Conferência específico para idoso, para mulher, é o sistema.  
1034 O que é o sistema da pessoa idosa? – perguntou ele. E continuou dizendo que são os  
1035 conselhos, associações, a rede, tudo, e que a OAB tem um papel, que o sindicato tem  
1036 que começar a subir, todo mundo tem papel. Então, concluiu ele, é trabalhar, e dispôs-  
1037 se a apresentar uma moção para alguns delegados que estiverem na Conferência,  
1038 pedindo para fortalecer os Conselhos existentes e ampliar a criação de Conselhos. E  
1039 acrescentou que poderiam dizer que o seu Conselho estava empenhado não só no  
1040 fortalecimento, mas também na ampliação dos estaduais e dos municipais. Nesse  
1041 momento, a senhora **Paula Regina R. Machado – ABRA** tomou a palavra, dizendo  
1042 que se inscrevera na capacitação à distância pela Internet para gestores de direitos  
1043 humanos, e que se surpreendeu que naquela relação, nos *links* que existem para  
1044 optar, não existe nenhuma menção de um segmento idoso. Sugeriu então que para  
1045 que pudessem estar, daquele momento em diante, inserindo a questão do idoso em  
1046 direitos humanos, e se tivessem até o final daquela reunião os critérios exigidos para a  
1047 inclusão de um segmento nos direitos humanos, onde se inscrever. Nesse momento, o  
1048 senhor **Perly Cipriano – SEDH** esclareceu que estavam montando um curso de  
1049 gestor de direitos humanos de 70 horas, com educação à distância, que a pessoa  
1050 receberia um diploma e poderia, no Estado, constituir até grupos. Disse que a  
1051 inscrição estava aberta, que já existiam mais de 4 mil inscritos, que aliás a inscrição se  
1052 encerrava naquele dia. Acrescentou que existia preferência, por exemplo, um homem  
1053 e uma mulher, contagem de ponto, a mulher teria prioridade. Disse que se, por  
1054 exemplo, você se inscreveu e o Conselho estiver dizendo que você está sendo inscrito  
1055 enquanto Conselho, já estará garantida a sua vaga, você não vai ficar disputando com  
1056 três mil outras pessoas. E continuou dizendo que se você chegar e disser que é  
1057 Conselheira, o que você está dizendo é uma outra coisa, e como é que se associa ao  
1058 Movimento Nacional de Direitos, aí disse ela que não sabia, pois ela é uma ONG  
1059 muito grande que tem suas regras, e ela pessoalmente não sabia como as pessoas se

1060 inscrevem lá. Com relação ao curso, disse que quem quisesse se inscrever, se  
1061 inscreveria dizendo ser um Conselheiro nacional, e já teria prioridade. Então, disse ela  
1062 que é distribuído nacionalmente pelo IBGE, em quinhentas e tantas regiões, e que não  
1063 ficaria só em Brasília, só em São Paulo como tradição, ficaria em todos os Estados,  
1064 em todas as regiões. Acrescentou que tinham mil vagas e acreditava conseguir mais  
1065 300 vagas naquele dia, porque a demanda fora grande, havia mais de 4 mil pessoas  
1066 inscritas, por exemplo, saúde indígena tinha 37 vagas, quilombolas, MST. Ao que a  
1067 senhora **Paula Regina R. Machado – ABRAZ** perguntou se teria que se inscrever de  
1068 novo, e o senhor **Perly Cipriano – SEDH** respondeu que não sabia como fora a  
1069 inscrição, que ela podia entrar na internet, dar uma olhada lá e aí se inscreveria como  
1070 uma pessoa do Conselho Nacional, que essa é a contagem de ponto, porque não é  
1071 possível saber no Brasil inteiro quem se inscreve. Disse que até o final da tarde  
1072 garantia pelo menos umas vinte vagas para o Conselho, mas para pessoa que vai  
1073 militar, que não adiantava falar que queria uma vaga porque o sobrinho vai pegar o  
1074 diploma e aquele diploma vai arranjar emprego para ele. Disse que é para quem  
1075 estava militando na área. Nesse momento foi feito o intervalo para o almoço, e após  
1076 isso o senhor **Perly Cipriano – SEDH** reiniciou a reunião, pedindo que a funcionária  
1077 que preparou o texto para Sra. Presidente enviar ao Sr. Secretário esclarecesse o  
1078 fato, porque o que fora dito ali pela Sra. Presidente do CNDI teria que ser esclarecido.  
1079 Então, disse que ela podia se identificar e fazer o esclarecimento e, se houvesse  
1080 alguma dúvida, perguntariam a ela. A senhora **Lúcia – Secretaria Executiva do CNDI**  
1081 cumprimentou a todos, dizendo que trabalhava na Secretaria e era funcionária da  
1082 CNDI. Disse que houvera um problema, que a Mariazinha teve dúvida na transferência  
1083 do memorando, que não sabia se ela se recordava, no dia do seminário Nacional de  
1084 Enfrentamento a Violência contra a Pessoa Idosa, ela e a Penha rascunharam um  
1085 ofício para o Secretario. Disse que saiu do seminário, veio ao Ministério, fez o  
1086 memorando, passou para o e-mail da ANATEL para ela corrigir. Acrescentou que ela  
1087 olhou e corrigiu, que subiu à ANATEL, corrigiu o memorando, voltou para o salão, e  
1088 que ela lhe disse: "Não vou fazer isso aqui, não vou fazer, vou levar e vou corrigir e  
1089 depois você me passa". Acrescentou que o memorando que ela resgatou foi o que lhe  
1090 havia passado, que ela corrigira, e mandara aquele novo que estava com o Dr. Perly,  
1091 e disse que passara para a secretária do Dr. Nilmário, mostrou o comprovante, e disse  
1092 que fora aquele que fora para a secretária, dizendo que aquele que ela tinha  
1093 resgatado foi o antigo que ela lhe havia mandado para corrigir. E concluiu que houvera  
1094 um equívoco. E enfatizou que no dia 3 de maio ela lhe ligara perguntando porque ela  
1095 não havia passado, e que ela lhe dissera que pedira para o Dr. Roberto para dar uma  
1096 olhadinha para ver se a pontuação está toda certa. Nesse momento, o senhor **Perly**  
1097 **Cipriano – SEDH** agradeceu à senhora Lúcia pelos seus esclarecimentos e deu  
1098 prosseguimento à reunião. A senhora **Maria da Penha Franco - Ministério do**  
1099 **Desenvolvimento Social** foi convidada a fazer o seu depoimento, dizendo que desde  
1100 o início do ano, logo depois da promulgação do Estatuto, uma das reivindicações e  
1101 cobranças nos Estados, nos encontros em que participara, era a questão do  
1102 transporte interestadual. Disse que a questão do transporte municipal, etc., todo  
1103 mundo já sabe que é uma legislação local, mas que o interestadual depende de uma  
1104 regulamentação do Ministério dos Transportes. Disse que na primeira semana de  
1105 março, o Ministério convocara o Ministério dos Transportes para uma reunião para que  
1106 pudessem discutir juntos a regulamentação. Acrescentou que eles enviaram dois  
1107 assessores do gabinete do Ministro, que passaram uma tarde discutindo a  
1108 operacionalização, porque o método que o Ministério dos Transportes vinha adotando  
1109 para o portador de deficiência tinha demonstrado ser ineficaz, havia mais de 200  
1110 processos parados, sem emissão de carteira, porque eles centralizaram o processo.  
1111 Continuou dizendo que após isso ter sido discutido, tinham feito uma proposta, por  
1112 entenderem que toda medida de regulamentação do Governo deve ser construída e

1113 compartilhada com a sociedade civil, e sugeriram a criação de um grupo de trabalho  
1114 no seu Ministério com o Ministério dos Transportes e a convocação da COBAP, do  
1115 CONSEAS, do CONGEMAS e do CNDI. Declarou que aquele, para eles, seria o grupo  
1116 mais representativo da sociedade civil para discutir com os dois órgãos de Governo a  
1117 operacionalização. Acrescentou, para ficar claro, que CONGEMAS é o Conselho  
1118 Nacional de Gestores Municipais, ou seja, é quem representa todos os Secretários  
1119 Municipais e Assistência Social e Ação Social nesse País, e o CONSEAS é que  
1120 representa os Secretários de Estado de Ação Social e Assistência Social. E disse que  
1121 essa operacionalização, essa regulamentação, passaria pelo Estado e pelo Município,  
1122 e que acreditava, esperava, confiava, que esse Governo tivesse ações radicais, ações  
1123 centralizadoras, ações de mando, sem que a sociedade civil estivesse junto. Bem,  
1124 prosseguiu, acertada a constituição do grupo, 12 dias depois o Ministro saiu, foi  
1125 exonerado, foram exonerados os assessores que iniciaram o processo de  
1126 conversação. Acrescentou que tentaram uma aproximação com a nova administração,  
1127 e a informação é que eles estavam se organizando, tomando pé das coisas, o que  
1128 estava em andamento para poder retomar as discussões. Disse que estava fazendo o  
1129 histórico para estarem acompanhando os meses todos, porque esse era um assunto  
1130 grave. Prosseguiu dizendo que uma semana antes tiveram, na última reunião do  
1131 CNAS, quando o novo Secretário Nacional de Transporte, seu ex-companheiro de  
1132 Ministério, havia assumido, havia procurado o Ministério para a retomada do processo  
1133 que ele queria acordar com eles, uma vez que até então o seu Ministério coordenava  
1134 a Política Nacional do Idoso. Muito bem, prosseguiu ela, dizendo que foram  
1135 surpreendidos de que o Ministério dos Transportes já tinha enviado uma mensagem  
1136 para a Casa Civil e minutado o decreto para o Presidente da República fazendo a  
1137 regulamentação das passagens interestaduais sem que tivessem participado. Disse  
1138 que a Casa Civil, muito inteligentemente, ao receber a proposta direta do Ministério  
1139 dos Transportes, encaminhou ao seu Ministério para avaliar e propor, e ver, acordar o  
1140 que achavam. Disse que sua Secretaria Executiva, o Ministro não estava, lhes  
1141 mandara direto para que fizessem uma avaliação. Acrescentou que ao pegar a  
1142 mensagem, tivera uma crise de desespero, porque iriam repetir o Berzoini com a fila  
1143 dos idosos nos guichês das empresas de viagem, e que pegou o telefone, ligou para a  
1144 Mariazinha em Fortaleza, perguntando se ela tinha consciência da participação do  
1145 Conselho no que estava proposto como regulamentação para os idosos, e que  
1146 Mariazinha dissera que não participara de comissão nem de grupo de trabalho  
1147 nenhum. Mas o nome do Conselho estava no encaminhamento à Casa Civil, não dizia  
1148 as pessoas, dizia as instituições e o texto dessa proposta feria totalmente o que  
1149 vinham combatendo ali. Disse que vinham defendendo um tratamento humanizado,  
1150 descentralizado, facilitador, e que lhes estavam impondo um centralismo que seria um  
1151 caos e um impacto altamente negativo para o Governo, e que Mariazinha dissera que  
1152 não participara, não estava sabendo se foi alguém do CNDI àquele grupo de trabalho.”  
1153 Ao que a senhora **Jurilza - Secretaria Executiva do CNDI** acrescentou que não viera  
1154 nada do Ministério dos Transportes para o CNDI, nem convite nem comunicado para  
1155 participar desse processo. A senhora **Maria da Penha Franco - Ministério do**  
1156 **Desenvolvimento Social** retomou a palavra, dizendo que no texto do  
1157 encaminhamento saía o nome do Conselho; se estava o da Associação Brasileira de  
1158 Transportadoras, que são os grandes empresários de transportes, era uma coisa, mas  
1159 os dois únicos órgãos citados governamentais foram o Ministério dos Transportes e o  
1160 CNDI, e isso era outra coisa. Nesse momento, o senhor **Paulo S. M. Negrão -**  
1161 **Ministério da Cultura** perguntou se ela chegara a ligar para onde aquele texto fora  
1162 feito. A senhora **Maria da Penha Franco - Ministério do Desenvolvimento Social**  
1163 respondeu que não ligara, que o convidara vir ali. Disse que tinha que ir para o  
1164 Congresso de Gerontologia, cancelou sua ida no dia, ficaram até quase nove horas da  
1165 noite, que a secretaria foi na frente porque tinha a abertura do Congresso, e que

1166 refutou de cabo a rabo a proposta do Ministério dos Transportes. Enfatizou que eles  
1167 jogam para as empresas transportadoras a obrigatoriedade dela confeccionar um vale-  
1168 transporte idoso, que é uma passagem, não é carteira, é uma passagem, a original  
1169 fica na transportadora com os dados do idoso que recebeu e a outra vai para a mão  
1170 do idoso viajar. Prosseguiu dizendo que esse idoso tem que se apresentar até três  
1171 horas antes do embarque no guichê de onde ele quer ir, para onde ele quer ir, e tem  
1172 que apresentar, no guichê da transportadora, contracheque do INSS, comprovante da  
1173 carteira de trabalho, dez documentos, um deles ele tem que apresentar. E, por último,  
1174 disse ela, se ele não tiver nenhum desses documentos para apresentar, ele apresenta  
1175 uma declaração do Conselho Municipal de Assistência Social de que ele está  
1176 enquadrado no corte de renda. Prosseguiu dizendo que aí a empresa, mensalmente,  
1177 terá que apresentar ao Ministério, à Secretaria de Transporte ou congênere, quantos  
1178 bilhetes foram dados aos idosos no mês, para haver controle. Enfatizou ela que é uma  
1179 coisa que se examinarmos ao nível de Brasil, achava que quem fez isso não conhece  
1180 o nosso País e reportando-se ao Estado do Rio de Janeiro, disse que existem dois  
1181 municípios, um deles chamado Varre e Sai, e outro é Lajes do Muriaé, que a  
1182 transportadora maior interestadual fica em Itaperuna, alguns quilômetros distante.  
1183 Explicou que o idoso vai ter que sair porque para pegar um ônibus interestadual ele  
1184 vai pegar em Itaperuna e não em Lajes do Muriaé; ele terá que sair de Lajes do  
1185 Muriaé, ir para Itaperuna, terá que chegar até três horas antes; se chegar um pouco  
1186 atrasado, o outro idoso já passou lá pegou a passagem, e que depois ele volta para o  
1187 seu Município porque não conseguiu nem chegou em tempo. E finalizou dizendo que é  
1188 um sistema bastante complicado. Ao que o senhor **Maurício Pinho Gama – MEC**  
1189 perguntou se havia cota. A senhora **Maria da Penha Franco - Ministério do**  
1190 **Desenvolvimento Social** respondeu dizendo que eram dois assentos, que se  
1191 ultrapassasse os dois assentos, a pessoa teria 50% de desconto na passagem, que  
1192 isso é o que estava dito no Estatuto. Disse que refutou isso dizendo das condições de  
1193 locomoção e do cuidado do idoso de ter que ter um acompanhante, etc., e que tinham,  
1194 de imediato, um impacto altamente positivo para o Governo, tinham como fazer chegar  
1195 a quase 2 milhões e meio de brasileiros na sua casa o direito de viajar, que usariam se  
1196 quisessem, mas que teriam o vale-transporte. Disse que esses dois milhões e meio  
1197 seriam primeiramente o levantamento dos 777 mil idosos que já estavam no BPC, já  
1198 estavam no corte de renda, que tinham o nome, endereço, toda a localização. Disse  
1199 que a esses foram adicionados todos os idosos que estavam na Previdência Social,  
1200 que o INSS sabe os aposentados que estão na faixa de renda e que, junto com o seu  
1201 pagamento, eles receberiam o direito de viajar, somou os que estão no Cadastro  
1202 Único, e finalmente, os que não se enquadram no BPC, não recebiam pelo BPC  
1203 nem nada, é que procurariam as secretarias municipais e a secretaria, ela própria,  
1204 faria o encaminhamento para a empresa, que era o atestado de que estava no corte  
1205 de renda, sem mais nenhuma burocracia, simplificando tudo isso. Enfatizou que o  
1206 bilhete passaria a ser chamado de "Bilhete Idoso Cidadão", dando o direito de viajar  
1207 até três horas, podendo a passagem ser tirada por um responsável do idoso, um filho,  
1208 uma filha, uma nora. Declarou que essa foi a proposta que fizeram, que foi entregue  
1209 na mão da sua Secretaria Executiva, assinada e enviada para a Casa Civil. Disse que  
1210 não podia dizer se chegou em tempo hábil da não assinatura da proposta que foi  
1211 mandada, que não sabia qual fora a repercussão disso na Casa Civil, porque estavam  
1212 se contrapondo ao que estava proposto pelo Ministério dos Transportes, e que o  
1213 desdobramento daquilo, em que pé estava, ela não sabia dizer. Disse que seu papel,  
1214 do mesmo jeito que fora contra a medida aglutinativa do Governo que foi apresentada  
1215 se contrapondo ao Estatuto do Idoso de Paulo Paim, fora de se posicionar contra a  
1216 medida aglutinativa do próprio Governo e que a Ministra absorveu isso e tiveram  
1217 várias reuniões na Comissão de Seguridade Social, tanto assim, enfatizou ela, que o  
1218 Governo retirou a medida e deixou correr a medida do Paulo Paim como estava

1219 originalmente. E registrou que em sua defesa dissera que era um respeito a oito anos  
1220 de luta, de debates nos Estados, nos fóruns, nos seminários por aquele estatuto,  
1221 aquela proposta estatutária, e que não seria agora que o Governo, quando havia toda  
1222 uma possibilidade e abertura do Governo Lula assinar o Estatuto, entraria com uma  
1223 outra proposta, se contrapondo àquela de discussão anterior. E disse que foi retirada a  
1224 medida, aliás feita por Aldo Rabelo, que se contrapunha ao original, e que voltou a  
1225 correr somente a proposta do Paulo Paim, do Barbosa, do Coruja. Disse que a  
1226 situação era aquela, que naquele dia o que iria sair publicado, como dissera a sua  
1227 diretora, eles iriam dormir em paz, porque segundo ela, enquanto puderam gritar e  
1228 alertar o Governo para o impacto negativo de uma medida dessas, eles fizeram.  
1229 Nesse momento, a senhora **Maria José Barroso** – **CNBB** pediu que ela localizasse  
1230 quem foi representando o CNDI, e a senhora **Paula Regina R. Machado** – **ABRA**  
1231 acrescentou que seria importante o Conselho Nacional se posicionar de alguma forma  
1232 com relação àquilo, que seria importante se pudessem ter acesso à cópia da minuta  
1233 que estava lá para ser aprovada, na qual consta o nome do Conselho, para que  
1234 pudessem, em anexo, encaminhar um documento solicitando esclarecimentos com  
1235 relação a uma proposta daquelas, uma emenda daquelas, que segundo ela ia de  
1236 encontro a tudo que eles acreditavam que seria digno para que o idoso tivesse acesso  
1237 aos transportes. Então, concluiu ela, que fosse encaminhado, que saísse alguma  
1238 coisa do Conselho Nacional solicitando providências. Então o senhor **Perly Cipriano** –  
1239 **SEDH** disse que queria dar o encaminhamento, primeiro, que fizessem um pequeno  
1240 documento para saber se alguém falou ou esteve em reunião representando o  
1241 Conselho. Comentou que como não autorizaram ninguém, deveria ser ninguém. E  
1242 disse que o item seguinte seria que ele queria que o pessoal do Transporte viesse ali  
1243 para dar as devidas explicações, ou que se achasse que valia a pena, como tinham  
1244 estenotipia e todas as palavras de todas as pessoas estavam lá, poderiam pegar  
1245 todas as palavras da Penha, sem exceção, do jeito que estavam, e encaminhar,  
1246 pedindo uma explicação antes da reunião, porque aí eles escutariam o que ela falou e  
1247 dariam a resposta. Disse também que ele mesmo telefonaria para pedir essas  
1248 explicações. E foi o que fez, ficando aguardando um retorno, e passando para o  
1249 próximo ponto, sobre o decreto. O senhor **Manoel Veras Nascimento - Ministério do**  
1250 **Trabalho** perguntou se o decreto havia sido publicado. O senhor **Perly Cipriano** –  
1251 **SEDH** respondeu que fora publicado no dia anterior. O senhor **Álvaro Fontes da**  
1252 **Silva Neto - Asilo Rio Branco** fez uma observação, que quando colocou como se  
1253 realizaria o processo, até a Léa interviu dizendo da possibilidade de fazer uma  
1254 comissão, mas que o processo eleitoral estava amarrado ao Regimento, e que estava  
1255 confirmado no artigo 4º que o processo de eleição estava amarrado à confecção do  
1256 Regimento Interno, e que o seu § 1º do artigo 4º diz que a eleição será convocada  
1257 pelo CNDI por meio de edital publicado em Diário Oficial 60 dias antes do término do  
1258 mandato. Então, ponderou ele, que tinham que estar alertas a isso. Observou ainda  
1259 que o Regimento Interno, § 2º, do CNDI disciplinará as normas e os procedimentos  
1260 relativos à eleição da sociedade civil organizada que comporão a sua estrutura. Então,  
1261 concluiu ele que tinham que ter um Regimento já aprovado para realizar a eleição. Ao  
1262 que o senhor **Perly Cipriano** – **SEDH** comentou que podiam levantar esses itens e  
1263 anotar todos eles porque, um dos itens também era elaborar o Regimento, porque,  
1264 segundo ele, depois de eleito é que se elabora o Regimento, tradicionalmente. Disse  
1265 que deviam levantar quais eram as dúvidas, colocar no papel, fazer uma consulta,  
1266 porque existiam questões contraditórias, senão ficariam discutindo ali. Propôs que  
1267 fizessem por escrito e encaminhassem segunda-feira as contradições, item um, se  
1268 primeiro tinha que eleger sem ter o Regimento. Mas, perguntou ele, não é o  
1269 Regimento que diz como se procede a eleição? Lembrou que o Álvaro levantou  
1270 algumas, disse que outras pessoas levantariam mais, e que formulariam item por item,  
1271 formalmente, encaminhariam lá e fariam uma consulta, para não fazerem uma

1272 interpretação; disse que sabia que havia juristas ali, e que achava que deveria haver  
1273 uma solução. Em seguida, o senhor **Paulo S. M. Negrão - Ministério da Cultura**  
1274 perguntou em que tempo essa resposta viria, sabendo-se que a última reunião do  
1275 Conselho seria dia 18. O senhor **Perly Cipriano - SEDH** respondeu que iriam  
1276 formular isso e pedir urgência para responderem as contradições que julgarem  
1277 necessário, mas ponderou que houve alteração no sentido de novos Ministérios, e que  
1278 poderiam consultar se o Regimento proposto fazendo alteração apenas dos  
1279 Ministérios não contempla. Se disserem que sim, continuou ele, já existe o Regimento  
1280 interno. E sugeriu que o senhor Álvaro e mais uma ou duas pessoas formulassem  
1281 todas as questões, encaminhassem na próxima segunda-feira ou naquele dia mesmo,  
1282 dependendo do horário que terminasse a reunião, e que ele assumiria o compromisso  
1283 e ajudaria para apressar e não esperar a reunião para mandar resposta, mandariam a  
1284 resposta por e-mail. Ao que a senhora **Maria da Penha Franco - Ministério do**  
1285 **Desenvolvimento Social** concordou, dizendo que a sugestão do senhor Perly era  
1286 perfeita, que iria se ater ao artigo 4º § 1º e 2º porque no artigo 4º dizia, no § 1º que  
1287 seria convocado através de um edital. Ponderou que o edital teria que estar saindo  
1288 naquele dia, porque são necessários 60 dias, o edital de convocação e o § 2º fala que  
1289 o Regimento Interno é que disciplinará as normas. Então, enfatizou que achava que a  
1290 consulta deveria ser feita em cima daquilo, e considerando que o mandato daquele  
1291 Conselho terminaria no dia X. Em seguida, o senhor **Perly Cipriano - SEDH**  
1292 ponderou que aproveitariam, enquanto iriam tocando os outros itens, para utilizar o  
1293 Regimento que existia e que iria sofrer alterações, e todos iriam lendo e anotando o  
1294 que seria preciso e fariam as consultas. Nesse momento, o senhor **Geraldo Adão**  
1295 **Santos - COBAP** mencionou que o decreto já estava vigente a partir daquele  
1296 momento, e que já haviam saído os 14 representantes do Governo, mas que da  
1297 sociedade civil ainda não tinham as indicações, e perguntou se elas sairiam no  
1298 processo eleitoral novo ou seriam indicadas por aquele Conselho naquele momento,  
1299 ou se seria o Regimento que definiria aquilo. Ao que a senhora **Maria da Penha**  
1300 **Franco - Ministério do Desenvolvimento Social** respondeu que o edital do CNAS  
1301 diria quem se habilitaria. E mencionou que o 2º parágrafo do artigo 3º dizia que seriam  
1302 14 representantes de entidades da sociedade civil organizada, sem fins lucrativos com  
1303 atuação no campo da promoção e defesa dos direitos da pessoa idosa que tenham  
1304 filiadas organizadas em pelo menos cinco unidades da Federação distribuídos em três  
1305 regiões do País. Nesse momento o **Padre Alfredo Morlini - Instituto Pró-Vida SS**  
1306 mencionou que os conselhos não estavam, e perguntou quem iria representar idoso  
1307 excluído legalmente. O senhor **Perly Cipriano - SEDH** respondeu que partiram do  
1308 princípio que possivelmente algumas das pessoas dentre eles fariam parte do  
1309 Conselho. Disse por exemplo que a sua presidente é do Conselho Estadual, o vice é  
1310 de um Conselho Estadual, e que o Padre também é do Conselho Estadual. Então,  
1311 concluiu, não teria uma representação própria, seriam essas pessoas que  
1312 representariam os conselhos. Em seguida, a senhora **Maria da Penha Franco -**  
1313 **Ministério do Desenvolvimento Social** disse que as Secretarias da Mulher e Racial  
1314 não haviam sido citadas. Ao que o senhor **Perly Cipriano - SEDH** respondeu que  
1315 acabara de verificar isso, e a senhora **Regina Célia de Oliveira Bittencourt - MRE**  
1316 propôs que isso poderia ser contornado usando-se o número de vagas da sociedade  
1317 civil para suprir, mas o senhor **Perly Cipriano - SEDH** lembrou que precisaria ser  
1318 paritário, e que ele mesmo poderia propor os representantes, e chamou o próximo  
1319 ponto de pauta. A senhora **Maria José Barroso - CNBB** mencionou que entre as  
1320 propostas para o fim do mandato, aquela que foi apresentada eles não conseguiram  
1321 deslanchar, e disse que o CNDI definiu como linhas prioritárias de atuação para o  
1322 biênio 2003/2004, "incentivar a criação dos Conselhos", que não tiveram essa  
1323 iniciativa, e que iriam fazer isso através de uma carta aos senhores governadores; "estimular a implantação de um programa nacional de prevenção à violência contra a  
1324

1325 pessoa idosa", "fazer gestões junto ao Ministério da Justiça no sentido de assegurar  
1326 recursos orçamentários destinados ao funcionamento do Conselho Nacional de  
1327 Direitos do Idoso", disse que não era mais o Conselho da Justiça, que passara para a  
1328 Secretaria Especial de Direitos Humanos. E pediu ao Dr. Perly para falar sobre as  
1329 prioritárias que diziam "fazer gestões junto ao Ministério da Justiça orçamentários no  
1330 sentido de assegurar recursos orçamentários destinados ao funcionamento do  
1331 Conselho Nacional de Direitos do Idoso". Nesse momento o senhor **Paulo S. M.**  
1332 **Negrão - Ministério da Cultura** lembrou que já sugerira diversas vezes que o  
1333 Conselho deveria ter recursos próprios, através de uma proposta de emenda  
1334 parlamentar, para que pudesse fazer as ações que quer fazer e não consegue. A  
1335 senhora **Maria José Barroso - CNBB** concordou com ele, disse que não tinham  
1336 entendido a dimensão daquilo. Então, e que iria fazer essa proposta, procurar os  
1337 parlamentares, tanto deputados como senadores, que são seus aliados na questão  
1338 dos direitos do idoso, para que o Conselho tivesse a possibilidade de desenvolver  
1339 outras ações. Nesse momento, o senhor **Perly Cipriano - SEDH** interviu, dizendo que  
1340 o conselho mais velho do Brasil chama-se CDDPH, criado em 16 de março de 1964,  
1341 com poderes até para intervir no Estado, e não tem fundos, e que o Conselho de  
1342 Combate à Discriminação também não tem fundos. Disse que em sua opinião teria  
1343 que haver recursos na Assistência, no outro Ministério, porque é a prática da política,  
1344 mas que o Conselho ele achava que era para reunir, formular, propor, discutir. Ao que  
1345 a senhora **Maria da Penha Franco - Ministério do Desenvolvimento Social**  
1346 acrescentou que nas disposições gerais, artigo 8º e 9º já estava definido que caberia à  
1347 Secretaria de Direitos Humanos cobrir as despesas, garantir a infra-estrutura,  
1348 retaguarda, apoio e os deslocamentos, e que em relação à previsão orçamentária para  
1349 cobrir isso estava ali dito que era da Secretaria. Então a senhora **Maria José Barroso**  
1350 – **CNBB** comentou que não tiveram capacidade de promover a capacitação de certos  
1351 Conselheiros. Nesse momento ocorre a chegada do senhor **Magdo Soares** –  
1352 **Ministério dos Transportes**, que tomou a palavra, pedindo desculpas pelo atraso, e  
1353 dizendo que houve um desencontro no Ministério, pois só recebeu o recado na hora  
1354 do almoço. O senhor **Perly Cipriano - SEDH** explicou-lhe a situação, e pediu a  
1355 senhora Maria da Penha resumir-lhe o que já havia dito anteriormente. A senhora  
1356 **Maria da Penha Franco - Ministério do Desenvolvimento Social** tomou a palavra,  
1357 dizendo que iniciara entendimentos com o Ministério dos Transportes, com a sugestão  
1358 da formação do grupo de trabalho e etc. Disse que, com a mudança da estrutura do  
1359 Ministério, a saída do Ministro, saída dos assessores, não conseguiram recuperar a  
1360 proposta da criação do grupo de trabalho com a participação da sociedade civil.  
1361 Enfatizou que chegaram a escrever isso, o CONGEMAS, CONSEAS, COBAP, etc., e  
1362 que foram surpreendidos na semana retrasada, com um documento que eles tinham  
1363 mandado direto para a Casa Civil, que não tinha passado pela discussão no seu  
1364 Ministério. Disse que a Casa Civil lhes devolveu o documento, que fizeram uma  
1365 avaliação contestando aqueles pontos e encaminharam à sua Secretaria Executiva  
1366 para encaminhar à Casa Civil, e que no documento que a Casa Civil lhes mandou  
1367 para avaliação, antes de chegar a minuta da portaria regulamentadora, dizia que havia  
1368 sido criado um grupo de trabalho composto por representantes da Associação  
1369 Brasileira de Transportes, Ministério dos Transportes e CNDI, que era aquele  
1370 Conselho. Disse que a primeira coisa que fez foi ligar para a Mariazinha, e que a  
1371 Mariazinha disse que não havia participado nem designado ninguém, e que ela havia  
1372 falado para Mariazinha que o que estava proposto causaria um impacto negativo para  
1373 o Governo, e que iriam contestar o que estava proposto, mas que de qualquer forma o  
1374 nome do CNDI estava junto ao documento, junto à proposta. O senhor **Magdo Soares**  
1375 – **Ministério dos Transportes** disse que quando saiu o Estatuto, o Ministério nomeou  
1376 um grupo de trabalho para regulamentação do capítulo X, na área de transportes.  
1377 Acrescentou que esse grupo foi formado por uma portaria do Ministério, tinha

1378 representantes do Ministério e outros representantes, que podia até citar os nomes ali:  
1379 Ernesto Augusto, que era do Ministério dos Transportes e era o representante do  
1380 Ministério dos Transportes junto ao CONADE, o Ernesto era o coordenador do grupo;  
1381 Joel de Oliveira, também do Ministério; Luis Amilton Lima Mendonça; Glênio de  
1382 Moraes Oliveira, que também era do Ministério dos Transportes; Cátia Simone Rocha  
1383 Bonfim e Nirsa Terezinha Roque de Souza. Esse era o grupo de trabalho. Então o  
1384 senhor **Manoel Veras Nascimento - Ministério do Trabalho** perguntou quem  
1385 representava o Conselho, e o senhor **Magdo Soares - Ministério dos Transportes**  
1386 respondeu que não sabia, que também não tinha essa informação, que aquele era o  
1387 grupo, e que não tinha confirmação que uma daquelas pessoas seria representante do  
1388 Conselho. Ao que o senhor **Perly Cipriano - SEDH** disse que era engano, mas que a  
1389 deveriam verificar onde havia aquela informação. E o senhor **Magdo Soares -**  
1390 **Ministério dos Transportes** acrescentou que aquele engano estava oficial, e  
1391 mencionou a cópia da portaria, que estava com ele. E disse que a única opção que o  
1392 Ministro dava ao grupo de trabalho a condição de convocar outros servidores de  
1393 outros ministérios ou entidades vinculadas para contribuir com o andamento dos  
1394 trabalhos, tinha competência para implementação da Política Nacional do Idoso,  
1395 estabelecido no Estatuto do Idoso, aprovado pela lei 10.741. Então o senhor **Perly**  
1396 **Cipriano - SEDH** perguntou onde alguém vira aquele nome. A senhora **Maria da**  
1397 **Penha Franco - Ministério do Desenvolvimento Social** respondeu que fora no  
1398 documento do Ministério dos Transportes. Então o senhor **Magdo Soares -**  
1399 **Ministério dos Transportes** disse que se havia outro documento que fora  
1400 encaminhado para ela, ele não tinha, só tinha a portaria. A senhora **Maria da Penha**  
1401 **Franco - Ministério do Desenvolvimento Social** afirmou que tinha o documento que  
1402 acompanhava a portaria. Então o senhor **Perly Cipriano - SEDH** sugeriu que esse  
1403 outro documento fosse passado para todos para terem conhecimento, e fosse  
1404 passado para o próprio ministério. O outro item, segundo ele, seria o que tem a haver  
1405 com a política dos transportes, se havia alguma coisa específica da questão do idoso.  
1406 O senhor **Magdo Soares - Ministério dos Transportes** acrescentou que no  
1407 Ministério existia um entendimento da área jurídica de que precisaria de uma  
1408 regulamentação específica. Então, disse ele, foi encaminhado esse documento à  
1409 Presidência da República como uma proposta e solicitando que viesse acontecer uma  
1410 regulamentação específica, e que o Ministério estava no aguardo dessa decisão da  
1411 Casa Civil. Então o senhor **Perly Cipriano - SEDH** comentou que seria bom trazer  
1412 todos os dados porque já havia a proposta de sair um documento. Disse que seria  
1413 bom se ele pudesse dizer-lhes os aqueles itens, item por item, que seriam conflitantes  
1414 com o que estavam discutindo, para que o Ministério dos Transportes dissesse sim ou  
1415 não. E acrescentou que não queria fazer aquela discussão na presença de outras  
1416 pessoas. Como se tratava de uma questão mais interna de Governo, ele achava que  
1417 era um absurdo o que estava acontecendo, e que preferia que o Transporte falasse  
1418 exatamente qual era a sua política, e que as pessoas esclarecessem suas dúvidas.  
1419 Então o senhor **Magdo Soares - Ministério dos Transportes** disse que poderia  
1420 passar cópia da proposta que foi encaminhada, o pessoal daria uma passada d'olhos  
1421 no documento, e as dúvidas que tivesse ele dirimiria, porque senão ele iria comentar  
1422 um documento que tinha quatro ou cinco páginas e que era estritamente operacional,  
1423 da parte do benefício do idoso. Nesse momento, o **Padre Alfredo Morlini - Instituto**  
1424 **Pró-Vida SS** ponderou que podiam ser estudados os dois processos, aquele que veio  
1425 da Assistência Social e o outro que veio do Ministério dos Transportes, em vista de um  
1426 terceiro documento que iria sair no estudo dos dois para não deixar fora, por exemplo,  
1427 as propostas daquele documento que tem um espírito, uma filosofia social em  
1428 proteção do idoso e também a parte técnica que deve ser do Transporte, que deve ser  
1429 mais técnico que social, e que unindo os dois podia dar, talvez, uma portaria, uma  
1430 resposta que seria um pouco a síntese dos dois, sem criar conflitos, porque não se

1431 podia destruir um ou outro, e acrescentou que já que existiam dois documentos, o  
1432 mais forte talvez fosse o dos transportes, mas que um Ministério era igual a outro. Ao  
1433 que o senhor **Magdo Soares – Ministério dos Transportes** concordou, e disse que  
1434 faria uma observação tomando como base o que fora feito para a pessoa portadora de  
1435 deficiência: na época saíra uma portaria interministerial envolvendo Transporte, Saúde  
1436 e Justiça, porque o documento do Ministério dos Transportes era muito operacional,  
1437 mencionava como que seria o credenciamento, como seria o atendimento em cada  
1438 linha de ônibus, qual o documento que seria emitido para que houvesse viagem, como  
1439 a fiscalização procederia. Então, ponderou ele, o documento do Ministério dos  
1440 Transportes era muito operacional, muito técnico e ele não se voltava muito para a  
1441 parte social. E concluiu que consolidando os dois, teriam um documento bem mais  
1442 amplo, a exemplo do passe do portador de deficiência que era dos três Ministérios,  
1443 que saiu uma portaria interministerial envolvendo a parte de saúde, saiu uma norma  
1444 de atestado médico pelo Ministério da Saúde, como deveria ser o atestado, e saiu um  
1445 documento de requerimento por parte do Ministério da Justiça. E acrescentou que o  
1446 Ministério dos Transportes entrou com o credenciamento e a parte operacional, a  
1447 identificação da pessoa e a emissão da carteira de identificação. Nesse momento, a  
1448 senhora **Maria José Barroso – CNBB** perguntou-lhe como poderia resgatar a  
1449 indicação da pessoa que foi representando o CNDI, e o senhor **Magdo Soares –**  
1450 **Ministério dos Transportes** respondeu que podia identificar cada uma das pessoas  
1451 que participaram do grupo e sua indicação. E a senhora **Maria José Barroso – CNBB**  
1452 aventou a hipótese da sigla ter sido confundida com outra, e que o Conselho talvez  
1453 nem tivesse sido representado mesmo. Em seguida, ficou definido que o senhor  
1454 Magdo Soares – Ministério dos Transportes, enviaria um e-mail com a informação dos  
1455 nomes para a secretaria do Conselho. Nesse momento, a senhora **Lea Lucia Braga -**  
1456 **CFESS** tomou a palavra, dizendo que em relação à discussão dos fundos, depois da  
1457 Constituição de 88, todas as leis orgânicas que vieram regulamentando os artigos  
1458 inovaram com a questão do fundo. Disse que os fundos especiais foram copiados da  
1459 lei 4.320 de 64, que na época da ditadura, para agilizar todo o processo de  
1460 manutenção da estrutura, utilizava o fundo especial. Então, continuou ela, as políticas  
1461 sociais copiaram essa mecânica e os fundos especiais, que na verdade era uma conta  
1462 bancária, mas que em sua opinião era importante porque ela vinculava as ações  
1463 daquela política, da saúde, da assistência, criança e adolescente. E disse que aquele  
1464 fundo existia na esfera nacional, estadual e municipal e era destinado numa ação  
1465 finalística que a política tinha. Então, concluiu ela, um fundo para aquele Conselho  
1466 aqui não fazia o menor sentido, porque ele tinha uma ação na linha da defesa dos  
1467 direitos, que era diferente da execução de serviços voltados para os idosos.  
1468 Proseguiu dizendo que outra questão que estava colocada era a necessidade que  
1469 aquele Conselho tinha de ter recursos garantidos na sua rubrica para funcionar. Disse  
1470 que para ele funcionar, precisava de recurso para garantir as passagens dos  
1471 Conselheiros, a estrutura necessária para a reunião, capacitação, se o conselho  
1472 entendesse que teria um programa de capacitação voltada para os atores importantes  
1473 da política. Concluiu então que achava que as duas questões que foram colocadas ali  
1474 na mesa estavam corretas num ponto de vista, mas que haviam sido emboladas na  
1475 discussão, e que a verba para o Conselho funcionar com autonomia não é fundo.  
1476 Finalizou dizendo que podiam fazer a reivindicação correta no Executivo mesmo, e  
1477 não precisavam apelar para o Congresso. Nesse momento, a senhora **Maria José**  
1478 **Barroso – CNBB** relembrou a questão da capacitação, dizendo que na última reunião,  
1479 ele dissera que nunca fora feito uma demanda para essa capacitação, e propôs que  
1480 se fizesse uma capacitação rápida antes do final do mandato. Ao que o senhor **Perly**  
1481 **Cipriano – SEDH** respondeu que se ela dissesse o que seria essa capacitação, se  
1482 precisasse o que seria essa capacitação, fizesse um dia de capacitação, se fosse uma  
1483 coisa razoável, que o Conselho concordasse. Comentou que o que não podia era

1484 fazer uma coisa porque o Conselho estava acabando, senão pareceria que estavam  
1485 fazendo porque era o último dia, e tinham que fazer aquilo. E propôs que se  
1486 elaborasse um projetinho mínimo de um curso de dois dias para a capacitação. Nesse  
1487 momento, o texto do Ministério dos Transportes foi distribuído, lido, e começaram os  
1488 questionamentos, conforme havia sido combinado. A senhora **Regina Célia de**  
1489 **Oliveira Bittencourt – MRE** declarou que o artigo 3º, § 2 dizia que o idoso, para  
1490 exercer o direito as duas vagas, teria que comparecer com antecedência de até três  
1491 horas, e que o artigo 4º, § 1º dizia que caso não houvesse mais vagas, o desconto de  
1492 50% estaria disponível somente com antecedência de 12 horas da viagem. E disse  
1493 que não entendia como uma coisa casaria com a outra. Perguntou como é que 12  
1494 horas antes se saberia que as vagas já não existem mais, pois havia até 3 horas para  
1495 a pessoa se apresentar. Em seguida, o senhor **Manoel Veras Nascimento -**  
1496 **Ministério do Trabalho** expôs a sua dúvida, também com relação ao artigo 3º. Disse  
1497 que queria dar um exemplo, porque não ficara claro: numa viagem de Brasília para  
1498 Belo Horizonte, sobre a questão do guichê, claro que o destino de origem é Brasília,  
1499 então o guichê da empresa estaria em Brasília, em Alexânia existe uma rodoviária, e  
1500 disse para suporem que a viagem seria de Brasília para Goiânia. Continuou dizendo  
1501 que em Alexânia existe uma outra rodovia onde se pára e tem guichê. Então,  
1502 perguntou ele se um idoso que mora em Alexânia teria que vir a Brasília para se  
1503 apresentar no guichê da empresa em Brasília, ou poderia se dirigir ao guichê de  
1504 Alexânia ou de outros itinerários em que há paradas onde as pessoas embarcam e  
1505 desembarcam. E em relação ao último artigo, disse que ele estipula uma sanção, uma  
1506 multa. E disse que queria saber se essa sanção teria que ter respaldo em lei, aquela  
1507 que é feita pelo Poder Legislativo, porque se ela estava disciplinada em decreto, ela  
1508 tinha que ter um respaldo em lei. E perguntou se ela tinha respaldo na lei 10.741, cujo  
1509 texto ele não conhecia. O senhor **Geraldo Adão Santos – COBAP** comentou que  
1510 estavam estabelecidas ali as condições da pessoa chegar no guichê da rodoviária  
1511 com o tempo previsto, agendar a passagem e tudo. Acrescentou que as vezes a  
1512 pessoa vai com uma data de volta prevista, às vezes ela viaja sem a data de volta  
1513 prevista, e perguntou qual seria a regulamentação para essa volta. A senhora **Maria**  
1514 **da Penha Franco - Ministério do Desenvolvimento Social** comentou que em sua  
1515 proposta tinha marcar a ida e volta. Então, o senhor **Magdo Soares – Ministério dos**  
1516 **Transportes** começou a responder as questões. Com relação ao questionamento a  
1517 das três horas e do desconto de 12 horas, disse que havia alguma coisa errada,  
1518 porque se estavam exigindo que ele se apresente três horas antes do embarque para  
1519 ter a gratuidade de dois lugares e desconto de 50% no que exceder, então, segundo  
1520 ele, dentro das três horas, se esgotarem esses lugares, a empresa, automaticamente,  
1521 teria que proceder ao desconto, mas comentou que lhe parecia que o prazo estava  
1522 invertido, e concordou que estava contraditório. Comentou que a idéia das três horas  
1523 foi do passe livre, na mesma condição da pessoa portadora de deficiência, até três  
1524 horas antes do embarque, dois lugares seriam preservados para o atendimento da  
1525 pessoa portadora de deficiência no veículo tipo convencional, que não valeria para o  
1526 executivo nem para o carro leito. Acrescentou que depois dessas três horas, a  
1527 empresa poderia comercializar esses lugares, não ficaria com prejuízo porque entra,  
1528 na composição tarifária, o aproveitamento do veículo. Então, concluiu ele, se ela  
1529 estiver com o aproveitamento mais baixo, lógico que seu custo operacional vai ficar  
1530 mais alto. E concluiu que realmente era uma observação que teriam que fazer, porque  
1531 deveria ser exatamente o contrário, até 12 horas antes do embarque você teria os dois  
1532 lugares gratuitos e, depois desse tempo, você daria um limite para a pessoa identificar  
1533 e ter o desconto. E prosseguiu dizendo que o problema do desconto era que a  
1534 empresa teria que fazer uma operação diferenciada, porque quando emite o bilhete de  
1535 passagem, ela recolhe imposto em cima disso. Então, concluiu ele, ela vai ter que ter  
1536 uma autorização especial da Fazenda para fazer isso, vai ter um negócio mais

1537 complicado. Acrescentou que o Ministério dos Transportes teria que colocar uma  
1538 composição tarifária diferente porque a empresa tem uma tarifa que chama tarifa  
1539 máxima e pode praticar desconto, que esse desconto é controlado pelo Ministério dos  
1540 Transportes para que não exista uma concorrência ruinosa ou venha aplicar um preço  
1541 vil. Então, ponderou, isso é controlado, a empresa manifestaria o desejo de praticar  
1542 um desconto e o Ministério dos Transportes autorizaria no prazo que ela achasse  
1543 conveniente. Concluiu então que achava que havia um erro, a observação realmente  
1544 fora bastante pertinente. Com relação ao outro caso, parada intermediária, disse as  
1545 linhas operadas pelo Ministério dos Transportes têm os locais determinados de parada  
1546 e os locais de embarque e desembarque. Acrescentou que para que ela faça  
1547 embarque e desembarque, ela tem que ter um seccionamento, ou seja, um lugar onde  
1548 ela fraciona a passagem. Então, comentou, no caso de Alexânia, no exemplo, se  
1549 houver um seccionamento de Alexânia para Goiânia, o passageiro poderia fazer essa  
1550 aquisição lá em Alexânia. Disse que se não tiver esse seccionamento, teria o mesmo  
1551 procedimento do passageiro pagante, ou seja, pagaria Brasília Goiânia, então a  
1552 reserva teria que acontecer em Brasília. Aventou que se a empresa estiver  
1553 informatizada, e nem todas estão, é preciso fazer uma diferença de transporte aéreo,  
1554 se o avião levantou vôo, ninguém entra mais. E disse que no ônibus, no ponto  
1555 intermediário, se ele fizer embarque, a pessoa vai ficar no condicionamento da saída  
1556 no ponto inicial e a chegada do ônibus para chegada do ônibus para saber se tem  
1557 lugar ou não para ele embarcar. Entre os dois gráts e entre os 50% com desconto.  
1558 Porque, segundo ele, vai ter o passageiro pagante também nesse mesmo veiculo.  
1559 Então, concluiu, no ponto intermediário o atendimento é feito nos mesmos  
1560 procedimentos do passageiro pagante. Disse que se a empresa tiver o fracionamento  
1561 na passagem ou o seccionamento na cidade, ela estará autorizada a entrar naquele  
1562 terminal, fazer embarque ou embarque e desembarque. Então, disse ele que o  
1563 problema do embarque no ponto intermediário dependia da chegada do veiculo, e que  
1564 esse era o mesmo procedimento do passageiro pagante. Acrescentou que algumas  
1565 empresas hoje já estão informatizadas. E citou um exemplo: um seccionamento  
1566 Paracatu-Rio de Janeiro numa viagem Brasília Rio de Janeiro, não pode ser no  
1567 mesmo Estado, o transporte é interestadual, salvo exceção de contratos muito antigos  
1568 nos quais existe seccionamento. Aventou que se a empresa já está informatizada e tem  
1569 o sistema de atendimento, à medida que ela esgota a saída de Brasília, ela comunica  
1570 com Paracatu e fala quantos lugares existem para vender. Então, concluiu ele, antes  
1571 do ônibus chegar ela já começaria a proceder à venda. Se não, ela teria que esperar o  
1572 ônibus chegar, o motorista anunciar a quantidade de lugares e ela disponibilizar a  
1573 venda. Perguntou se eles tinham costume de andar de ônibus, e declarou que aquele  
1574 era o procedimento normal e não penalizando, era o mesmo caso do deficiente, o  
1575 mesmo atendimento. Com relação à questão das multas, disse que para todos os  
1576 decretos, o Ministério tinha um regulamento, o regulamento do transporte de  
1577 passageiros era feito por um decreto, o decreto 2.521, interestadual, transporte  
1578 rodoviário de passageiro e toda a estipulação dessas multas tinha o respaldo legal do  
1579 Ministério, como poder concedente, pudesse aplicar isso. E disse que no caso, faltava  
1580 destrinchar as multas e dar os valores específicos para cada ação. Então o senhor  
1581 **Geraldo Adão Santos – COBAP** perguntou se seria agendado antes ou lá. O senhor  
1582 **Magdo Soares – Ministério dos Transportes** respondeu que em princípio, ele teria  
1583 que fazer. Disse que hoje as empresas operam isso, com algumas empresas que  
1584 estão informatizadas em Brasília já pode fazer a reserva da volta. Em princípio, disse  
1585 ele, a pessoa não tem o bilhete na mão, ela não sai de Brasília com o bilhete Rio-  
1586 Brasília, devido a diferença de ICMS, só é possível emitir essa passagem porque a  
1587 passagem não é nada mais do que uma nota fiscal de um contrato de serviço. Então,  
1588 concluiu, essa passagem tem que ser emitida no Rio de Janeiro, por causa de  
1589 diferença de ICMS, mas sai com a volta marcada e lá tem que consolidar a reserva.

1590 Disse que o passageiro pagante sai com a passagem de ida e um talão que garante a  
1591 reserva da volta, e ao chegar ao Rio de Janeiro, ele apresenta à empresa e ela emite,  
1592 porque o ICMS é diferente. Então, concluiu, até o problema da diferença de preço de  
1593 passagem, às vezes o passageiro não entende; é porque os impostos são diferentes,  
1594 as taxas de embarque são diferentes. Acrescentou que as empresas que estão  
1595 informatizadas já podem fazer essas reservas, nem todas têm, e observou que no  
1596 sistema de transporte, está-se calcando muito em cima do rodoviário de passageiro,  
1597 ele absorve 95 do sistema de transporte brasileiro, que o outro percentual fica com o  
1598 hidroviário, o aéreo e o ferroviário, e que nesse sistema existem empresas com uma  
1599 frota de 1.500 ônibus, estrutura, sistema, condição operacional, e existem empresas  
1600 com frota de 5 ônibus, e essas empresas com uma frota menor, principalmente nas  
1601 viagens interior-capital ou na zona de fronteira, entre as cidades do interior na zona de  
1602 fronteira, já estão se modernizando, mas ainda tem disponibilidade de venda de ida e  
1603 volta. Nesse momento, **Neidil** comentou que para as passagens que ultrapassam  
1604 50%, tem duas de graça e a partir daí com 50% de desconto, e perguntou quantas  
1605 passagens seriam. O senhor **Magdo Soares – Ministério dos Transportes**  
1606 respondeu que dependeria da capacidade do veículo. Então **Neidil** comentou que era  
1607 aquilo que precisava ser entendido, porque segundo sua opinião existia um problema  
1608 ali também, na medida em que não se especificava quantos e, até 12 horas antes, ou  
1609 3 horas antes, em tese as passagens já teriam sido vendidas, e ali não se estabelece  
1610 limite. Concluiu que em seu entendimento, só existia reserva para duas passagens  
1611 grátis, até 3 horas antes do embarque, e que não existia garantia de 50% para os que  
1612 excedessem. Seu entendimento era que a companhia não iria fazer nenhuma reserva,  
1613 venderia normalmente. O senhor **Magdo Soares – Ministério dos Transportes**  
1614 enfatizou que a reserva era de dois lugares, porque o próprio Estatuto jogava essa  
1615 condição, e desconto de 50% para os idosos que excederem as vagas gratuitas. Aí,  
1616 concluiu ele, existe o desconto, mas vai competir, a nível de lugares, com o  
1617 passageiro pagante, é a mesma coisa do estudante que paga meia, ele entra e  
1618 compra o ingresso junto com quem paga inteira. Nesse momento, o senhor **Geraldo**  
1619 **Adão Santos – COBAP** perguntou se aquilo era uma minuta, se já estaria sendo  
1620 encaminhado ao senhor Ministro da Casa Civil, ou se seria encaminhado, e se alguns  
1621 esclarecimentos ou alguma sugestão de mudança poderia ser feita ainda. O senhor  
1622 **Magdo Soares – Ministério dos Transportes** respondeu que aquele documento fora  
1623 encaminhado ao nível de minuta, ainda estava sujeito a chuvas e trovoadas. O senhor  
1624 **Geraldo Adão Santos – COBAP** acrescentou que poderiam ainda sugerir, e  
1625 encaminhariam para o Ministério e o Ministério faria o encaminhamento para  
1626 complementar. Ao que o senhor **Magdo Soares – Ministério dos Transportes**  
1627 ponderou que seria discutido com o Ministério dos Transportes, porque a Casa Civil  
1628 não iria fazer as modificações que entendesse, iria ouvir a área técnica, porque às  
1629 vezes as modificações podem não ser operacionais. A senhora **Maria José Barroso –**  
1630 **CNBB** perguntou se ele poderia disponibilizar o e-mail para ser mais fácil, e o senhor  
1631 **Magdo Soares – Ministério dos Transportes** o deu, [magdo.soares@transportes.gov.br](mailto:magdo.soares@transportes.gov.br).  
1632 Nesse instante, a senhora **Léa Lúcia Braga – CFESS** declarou sua preocupação com  
1633 o item 6 do § 2º do artigo 6º que segundo ele remetia para as Secretarias Municipais  
1634 de Assistência Social uma participação na decisão de quem acessar esse benefício.  
1635 Sua opinião era de que para se chegar a isso era preciso pactuar, fazer um processo  
1636 de discussão com a representação dos governos municipais, estaduais, da assistência  
1637 social, porque segundo ela, geraria para o município uma demanda, necessidade de  
1638 Recursos Humanos, de montar uma estrutura para atender, teria que ser pactuado.  
1639 Sugeriu que passe ou pela CONSEAS, CONGEMAS, pactue isso, senão, em sua  
1640 opinião, poderia haver um movimento de resistência se não for bem pactuado na  
1641 esfera federal. O senhor **Magdo Soares – Ministério dos Transportes** ponderou que  
1642 o § 2º fala que a comprovação de renda seria feita mediante a apresentação de um

1643 dos documentos. Então, concluiu, não são todos, pode ser qualquer um desses. Ao  
1644 que a senhora **Léa Lúcia Braga – CFESS** retrucou que se não tivesse nenhum, a  
1645 questão estaria colocada do mesmo jeito. E o senhor **Magdo Soares – Ministério dos**  
1646 **Transportes** ponderou que seria a opção de qualquer um desses, mas que poderia  
1647 cair, realmente, onde ela estava apontando. Nesse momento, o senhor **Álvaro Fontes**  
1648 **da Silva Neto - Asilo Rio Branco** comentou que apesar da vulnerabilidade do idoso e  
1649 de tantas necessidades que o idoso tem, a questão do transporte se constitui na maior  
1650 ânsia do idoso brasileiro. Então, segundo ele, provavelmente, o Ministério deveria ter  
1651 uma pretensão de uma data para consolidar isso, ou a Casa Civil, para que isso  
1652 aconteça. E perguntou se existe alguma previsão, alguma determinação do Ministro  
1653 para que o presidente assine isso. O senhor **Magdo Soares – Ministério dos**  
1654 **Transportes** respondeu que não tem, porque essa regulamentação, como está na  
1655 própria lei, era para ter acontecido já em 1º de janeiro, que tiveram noventa dias e o  
1656 Ministério passou e foi essa proposta. Acrescentou que dependeriam de consolidar  
1657 isso para que o Ministério saísse com a operacionalização. Disse que a pergunta foi  
1658 pertinente porque a previsão do Ministério para o decreto era que seriam os pontos  
1659 principais e depois sairia uma instrução normativa ou uma instrução de serviço da  
1660 área do poder concedente sobre como as empresas deveriam proceder, a  
1661 identificação, o questionamento, destrinchar os valores de multa, a obrigatoriedade  
1662 das empresas procederem a treinamento dos prepostos. Finalizou dizendo que se  
1663 fosse haver revisão de planilha, não entrariam nisso. Nesse momento, o senhor **Perly**  
1664 **Cipriano – SEDH** tomou a palavra, agradeceu a presença, e disse que concluiria a  
1665 reunião. O senhor **Álvaro Fontes da Silva Neto - Asilo Rio Branco** disse que  
1666 gostaria de complementar duas coisas que tinham sido importantes na parceria com a  
1667 Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas. Disse que o Dr. Nilton Correia faria  
1668 um evento em função dessa parceria, um evento nacional de direito do trabalho do  
1669 idoso. Disse que em função desse contato o Conselho seria contatado para esse  
1670 evento, além da OAB Nacional, o Conselho foi incluído na Comissão da Reforma  
1671 Trabalhista dentro da OAB Nacional. E disse que passaria isso oficialmente, pois  
1672 achava que era um motivo de satisfação de todos, porque era o Conselho participando  
1673 de coisas importantes. Disse que isso saiu no site da ABRAT, do TST, da OAB, tudo  
1674 divulgado a nível nacional, e que isso era uma conquista para o idoso brasileiro. A  
1675 senhora **Maria José Barroso – CNBB** disse que queria que constasse no site do  
1676 Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, a questão da última moção que  
1677 apresentaram na presença do senhor Paulo Paim. Mas a senhora **Jurilza - Secretaria**  
1678 **Executiva do CNDI** disse que não recebera cópia desta moção para colocar no site.  
1679 Ao que a senhora **Maria José Barroso – CNBB** acrescentou que poderia mandar.  
1680 Nesse momento, o senhor **Perly Cipriano – SEDH** agradeceu a todos, dizendo que a  
1681 luta continuava, que tinham muito trabalho pela frente, já tinham um novo formato para  
1682 o Conselho, mas que muitos deles retornariam, e que se não retornassem,  
1683 continuariam trabalhando, fazendo o que fazíamos e torcendo. A reunião terminou  
1684 com os agradecimentos da senhora **Maria José Barroso – CNBB** a todos presentes.  
1685  
1686 A conselheira Neidil Costa, representante do Ministério da Saúde se fez presente  
1687 na referida reunião por pouco tempo saindo em seguida.